

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade

**Cooperativas de catadores e parcerias com gestores
públicos: aspectos promotores de autonomia**

Lucas Miguel França

São Carlos – SP
2012

LUCAS MIGUEL FRANÇA

**Cooperativas de catadores e parcerias com gestores
públicos: aspectos promotores de autonomia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Orientador(a): Prof(a) Dr(a) Maria Zanin

São Carlos – SP
2012

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

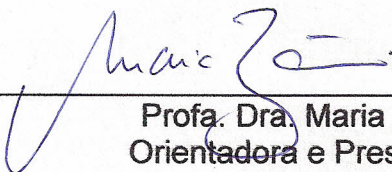
F814cc França, Lucas Miguel.
Cooperativas de catadores e parcerias com gestores públicos : aspectos promotores de autonomia / Lucas Miguel França. -- São Carlos : UFSCar, 2013.
106 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.


1. Desenvolvimento social - ciência, tecnologia e sociedade. 2. Gestão pública. 3. Autonomia. 4. Cooperativas de catadores de resíduos. 5. Economia solidária. I. Título.

CDD: 303.483 (20ª)

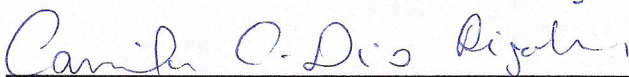
**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
LUCAS MIGUEL FRANÇA**



Profa. Dra. Maria Zanin
Orientadora e Presidente
UFSCar

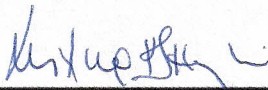


Profa. Dra. Ana Maria de Carvalho
Membro externo
UNESP - Assis



Profa. Dra. Camila Carneiro Dias Rigolin
Membro interno
UFSCar

Submetida a defesa pública em sessão realizada em: 27/02/2012.
Homologada na 55ª reunião da CPG do PPGCTS, realizada em
16/03/2012.



Profa. Dra. Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi
Coordenadora do PPGCTS

Fomento: FAPESP

Para Emanuela Pap, que me contemplou com a sua companhia no decorrer desta
trajetória.

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a minha orientadora Maria Zanin, pela colaboração, orientação e paciência despendidas ao longo de dois anos de trabalho juntos.

Agradeço ao programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos pela oportunidade, infraestrutura e apoio oferecidos para o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado.

Aos meus amigos de Incubadora e agora amigos da vida, Leandro Targa, Tatiane Godoy, Rafaela Francisconi, Marta, Danilo, Larissa Tinto e toda a equipe da Incoop/UFSCar.

Aos amigos da vila do Chaves: o catedrático César, Amaranta, Alexandre, Cristiane, Thiago, Carol, Clayton, Jacqueline e Manuzis pelos momentos divertidos que ajudaram a amenizar os sofrimentos e o cansaço causado pelo desenvolvimento do trabalho.

Aos amigos da Geografia da Universidade Federal Fluminense e da minha terra querida, Niterói.

À toda a minha família, minha mãe Inêz, meu pai Darcy e meu irmão Alexandre pelas ajuda e pelos conselhos.

Aos membros da banca de qualificação e defesa pela contribuição para um melhor desenvolvimento do trabalho realizado.

Às prefeituras e cooperativas de catadores dos municípios de São Carlos e Piracicaba pelo apoio e contribuição para a realização da pesquisa.

À FAPESP pelo apoio concedido por meio da disponibilização de uma bolsa de estudos e pelos recursos fornecidos para a participação de eventos acadêmicos que colaboraram para o aperfeiçoamento do trabalho.

Resumo

Esta pesquisa para o mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade (UFSCAR), tem como objetivo identificar aspectos promotores de autonomia nas relações/parcerias estabelecidas entre gestores públicos e empreendimentos de cooperativas de catadores. Dentre os procedimentos metodológicos destaca-se a revisão bibliográfica sobre o tema proposto e o levantamento de dados e informações junto às prefeituras, entidades de apoio e assessoria e junto às cooperativas envolvidas. O ganho de autonomia no momento das decisões, o planejamento das atividades dos cooperados e outros aspectos como o acompanhamento e a capacitação são considerados de fundamental importância para o sucesso de experiências que envolvam o uso de tecnologias sociais e cooperativas. Todos estes pontos são passíveis de análise por meio do estudo das parcerias, neste caso, entre gestores públicos e cooperativas de catadores em programas de gestão compartilhada de resíduos. Para desenvolver o trabalho foram analisadas parcerias desenvolvidas nas cidades de São Carlos e Piracicaba. Nos dois casos pesquisados identificamos quais seriam os possíveis aspectos promotores e não favorecedores de autonomia nas relações/parcerias estabelecidas entre gestores públicos e cooperativas de catadores e no trabalho desenvolvido pelos grupos, contribuindo para a conquista e a manutenção da autogestão por meio da utilização de categorias de análise, como: Instâncias de decisão, Grau de democratização nas relações, Divisão do trabalho, Solidariedade, Ação pública no território, Gestão do empreendimento, Participação/Articulação, Formação de redes, Posse dos meios de produção, Direitos sociais, Investimentos em infraestrutura e Fontes de arrecadação do empreendimento. Como resultado, foi observado que as parcerias estabelecidas entre gestores e cooperativas demonstram ter uma influência direta na conquista da autonomia e no trabalho desenvolvido pelos empreendimentos, dificultando assim, o desenvolvimento e a apropriação do trabalho pelos grupos.

Palavras-chave: Gestor Público, Autonomia, Cooperativas de Catadores de Resíduos e Economia Solidária

Abstract

This research for the master's degree in Science, Technology and Society (UFSCAR), has as objective to identify to promotional aspects of autonomy in the relations/partnerships established between public managers and enterprises of cooperatives of catadores. Among the highlights methodological procedures to review the literature on the subject and proposed data collection and information from the municipalities, supporting organizations, advisory and involved with cooperatives. The autonomy gain at the time of decisions, the planning activities of the cooperative and other aspects such as monitoring and training are considered essential for the success of experiments involving the use of social technologies and cooperatives. All these points are subject to analysis through the study of partnerships, in this case between public managers and recycling cooperatives in programs for shared management of waste. To develop working partnerships developed were analyzed in the cities of Piracicaba and São Carlos. In both cases respondents identified what are the possible promoting factors and not favoring autonomy in relationships / partnerships between public managers and recycling cooperatives and work done by groups, contributing to the achievement and maintenance of self-management, through the use of analytical categories such as: Decision-makers, degree of democratization in relations, division of labor, Solidarity, public action in the territory, project management, Participation / Coordination, Training networks, Possession of means of production, social, infrastructure investments and sources of revenue of the enterprise. As a result, it was noted that partnerships between cooperatives and managers demonstrate that they have a direct influence on the achievement of autonomy and work in the enterprises, thus hindering the development and ownership by the working groups.

Keywords: Public Management, Autonomy, Cooperatives Collectors and Solidarity Economy

Lista de Figuras

Figura 1 – Organograma Organizacional do Movimento Nacional dos Catadores.....	42
Figura 2 – Cooperativa –Reciclador Solidário” do município de Piracicaba.....	59
Figura 3 – Barracão da cooperativa –Reciclador Solidário” de Piracicaba.....	65
Figura 4 – Manchete publicada pelo Jornal de Piracicaba no dia 30/11/11.....	67
Figura 5 – Reportagem publicada pelo Jornal de Piracicaba no dia 30/11/11.....	68
Figura 6 – Cooperativa de catadores –Coopervida” de São Carlos.....	77
Figura 7 – Parte interna do barracão da –Coopervida”.....	82

Sumário

Introdução.....	16
Contextualização do problema.....	18
Objetivos Gerais.....	21
Objetivos Específicos.....	21
Metodologia.....	22
Etapas.....	22
Seleção dos empreendimentos e ferramentas.....	24
Acompanhamento do empreendimento.....	25
Entrevista semi-estruturada.....	25
Estratégias	25
Estrutura de Apresentação do Trabalho.....	26
Parte I – Teoria e Contexto.....	28
1. As possibilidades da Tecnologia Social.....	28
1.1. O papel da Tecnologia Social.....	30
2. A Economia Solidária.....	33
3. Resíduos Sólidos Urbanos.....	39
3.1. Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.....	40
4. Autonomia e Sustentabilidade.....	45
4.1. Sustentabilidade e a origem da discussão.....	45
4.1.1. O Clube de Roma.....	45
4.1.2. Relatório Brundtland (1987).....	46
4.2. As diferentes esferas da sustentabilidade.....	47
4.3 Autonomia.....	49
4.4 Categorização do conceito.....	51
5. Categorias de Análise.....	52
5.1 Autonomia Social.....	52
5.2Autonomia Política.....	53
5.3 Autonomia Econômica.....	54

Parte II – Pesquisa de Campo	57
1. Resultados.....	57
1.1. Cooperativa de Catadores de Piracicaba.....	58
1.1.1 Aspectos Históricos.....	58
1.1.2 Categorias de análise e discussão dos dados.....	60
a) Aspectos da Autonomia Social.....	60
b) Aspectos da Autonomia Política.....	62
c) Aspectos da Autonomia Econômica.....	63
d) Observações de Campo.....	65
1.2. Cooperativa de Catadores de São Carlos.....	72
1.2.1 Aspectos Históricos.....	72
1.2.2 Categorias de análise e discussão dos dados.....	77
a) Aspectos da Autonomia Social.....	78
b) Aspectos da Autonomia Política.....	80
c) Aspectos da Autonomia Econômica.....	81
d) Observações de Campo.....	83
Parte III - Análise geral e discussão dos resultados	86
1. Autonomia Social.....	86
2. Autonomia Política.....	87
3. Autonomia Econômica.....	89
Parte IV - Conclusões e considerações finais	93
Referências.....	99
Apêndices.....	103
Apêndice A – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	103
Apêndice B – Roteiro entrevista semi-estruturada.....	104

Introdução

Desde o século XVII, a nossa sociedade ocidental adota um modelo capitalista de produção, que se caracteriza por ser extremamente excludente, que não oferece condições adequadas de vida a todos, e que tem gerado uma desigualdade social preocupante ao longo de sua história. Apenas uma parte da sociedade consegue ter acesso aos meios de produção, trabalho e educação. Faz-se necessária uma mudança de atitude, de pensamentos, de busca de novos paradigmas, pois se caminhararmos com estes mesmos passos, e percorrermos os mesmos caminhos, não teremos reservado um futuro socialmente mais justo para a nossa sociedade:

As tendências empíricas indicam, com absoluta certeza, que não podemos esperar que o dinamismo do próprio capital venha nos integrar: sob o domínio da atual ordem de coisas não haverá pleno emprego, nem a proposta do liberalismo – que acena com a possibilidade de melhora na qualidade de vida – voltará, sequer, a ser colocada, ainda que com igualdade crescente. (CORAGGIO 2002, p.16)

A crise econômica atual não passa somente por mercados e relações comerciais, ela passa também por uma crise de valores, de consciência e de questionamentos quanto aos modelos de desenvolvimento adotados. Um modelo que é alvo constante de questionamentos no que diz respeito às suas relações de trabalho, produção, relações sociais e ambientais. Relações que têm como base um enorme desequilíbrio de forças, baseadas na desigualdade, onde apenas uma das partes tem seus interesses alcançados. Essa conjuntura de fatores contribuiu para a atual crise econômica, social e ambiental que vivenciamos nestas últimas décadas e principalmente agora no começo do século XXI. Como já previa Capra, um período de reflexões:

É uma crise complexa, multidimensional, cujas facetas afetam todos os aspectos de nossa vida — a saúde e o modo de vida, a qualidade do meio ambiente e das relações sociais, da economia, tecnologia e política. É uma crise de dimensões intelectuais, morais e espirituais; uma crise de escala e premência sem precedentes em toda a história da humanidade. Pela primeira vez, temos que nos defrontar com a real ameaça de extinção da raça humana e de toda a vida no planeta. (CAPRA 1983, p.11)

Este atual modelo de desenvolvimento está levando ao esgotamento dos recursos naturais, destruindo as relações de trabalho e minando qualquer tipo de esperança de um novo pensamento e de novas relações baseadas no princípio da igualdade de direitos. Se

continuarmos adotando e reproduzindo estes mesmos modelos de desenvolvimento, as perspectivas não serão as melhores:

(...)Essa forma contemporânea de acumulação de capital denominada mundialização dos mercados, ou mais cotidianamente, globalização está, de forma absoluta, divorciada da reprodução social da vida do povo. Esse hiato, ou divórcio, tem gerado problemas de desemprego, subocupação, de precarização do trabalho, de desregulamentação trabalhista, de crescimento das desigualdades etc., (...) (SABATÉ 2002, p.34)

Segundo Cavalcanti (1996), a questão ambiental também não fica esquecida neste contexto de crise. A necessidade de mudança de postura é forçada simultaneamente pelos mecanismos reguladores do mercado, problemas sociais e a escassez dos recursos naturais. A escassez destes recursos e a degradação do meio ambiente são um dos fatores que nos levam a uma séria reflexão sobre nossas posturas perante o mundo. Atingimos padrões elevados de consumo, se todos os padrões de consumo fossem igualados aos padrões norte-americanos, precisaríamos de três a quatro planetas para dar vazão a esta demanda.

Além dos problemas sociais e econômicos, os problemas ambientais se impõem como fatores limitantes do crescimento. Em decorrência do modelo de desenvolvimento vigente, estabelecem-se estilos de vida e níveis de produção e consumo, que demandam para sua manutenção, o uso excessivo de recursos naturais, insumos energéticos não-renováveis e intenso processo de urbanização. O atendimento a essas demandas e objetivos têm sido acompanhados por um crescente processo de degradação ambiental, que por sua vez resulta na crescente deterioração dos ecossistemas em todo o mundo e portanto, na redução da capacidade de suporte do Planeta, produto do desmatamento, expansão da erosão em terras cultiváveis, poluição de rios e mares, exaustão de fontes não renováveis de energia e de recursos. (CAVALCANTI 1996, p. 42)

Portanto, pensar em soluções alternativas, renováveis, sustentáveis, agregadoras e incluídas, é fundamental. Está cada vez mais clara a necessidade de mudança de atitudes, posturas e principalmente de paradigmas. A situação atual é insustentável economicamente, socialmente e ambientalmente. Mercados e economias a beira da falência, recebendo injeções de capital a todo o momento, incentivando o consumo inescrupuloso e irracional. Uma sociedade separada, fragmentada, onde algumas classes monopolizam as riquezas, enquanto outras em pleno século XXI são atingidas pela fome. Por fim, um meio ambiente e uma natureza que começam a dar o seu sinal de

desgaste, com alterações no clima, intensificação de alguns fenômenos naturais, poluição e assim por diante. Onde poderíamos encontrar um caminho alternativo?

Contextualização do problema

Por meio do questionamento destes valores presentes na economia capitalista, trabalharemos com discussões que envolvam uma mudança de pensamento e postura de nossa sociedade, com o intuito de alcançar um verdadeiro equilíbrio entre homem e natureza, entre o trabalho e o capital. A mudança de postura e uma maior integração entre todos os setores de nossa sociedade podem ser capazes de proporcionar um maior equilíbrio social. A aplicação do conceito de tecnologias sociais e dos princípios relacionados à Economia Solidária vem sendo indicada por diversos autores (Dagnino 2009, Thomas 2009, Maciel e Fernandes 2011, entre outros) como uma possibilidade viável na busca por uma sociedade mais sustentável e justa.

A tecnologia para inclusão social surge como uma possível ferramenta no combate as desigualdades sociais presentes no modo capitalista de produção. Segundo Weiss (2009), uma ferramenta inovadora com capacidade de proporcionar geração de renda e melhoria na qualidade de vida para as atuais e futuras gerações. O desenvolvimento de tecnologias para a inclusão social envolve ainda, a participação da população atendida pelos seus benefícios, segundo Thomas (2009):

As TSs não só são inclusivas porque estão orientadas a viabilizar o acesso igualitário a bens e serviços do conjunto da população, mas porque explicitamente abrem a possibilidade de participação de usuários e beneficiários (e também de potenciais prejudicados) no processo de projeto e tomada de decisões para a sua implementação. (THOMAS 2009, pg. 75)

Neste caminho, a Economia Solidária, representa também, uma possibilidade às trocas de bens e serviços da economia de mercado. Constitui-se não apenas como oportunidade de acesso a trabalho e renda a cidadãos excluídos do mercado de trabalho e trabalhadores precarizados, mas também como possibilidade de construção conjunta de experiências concretas de cooperação, autogestão e autonomia. Segundo Singer (2002), o surgimento de empreendimentos baseados nos princípios da Economia Solidária tem como objetivo trazer formas mais igualitárias e justas nas relações de trabalho, por meio da autogestão e da posse dos meios de produção pelos trabalhadores.

O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa. E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela. Empresas solidárias são, em geral, administradas por sócios eleitos para a função e que se pautam pelas diretrizes aprovadas em assembleias gerais ou, quando a empresa é grande demais, em conselhos de delegados eleitos por todos os trabalhadores. (SINGER, 2002: 83)

Inserido neste mesmo conceito de novas relações de trabalho, a formação de cooperativas de catadores em parceria com os demais setores da sociedade e parceiros (públicos e privados), também aparece como uma alternativa para atenuar os males da economia capitalista de mercado. Durante as duas últimas décadas, experiências relacionadas à formação destas cooperativas têm apresentado um aumento gradual em sua quantidade e em sua abrangência social:

A partir da década de 1990, surgiram as primeiras iniciativas de formação de cooperativas/associações de catadores e os primeiros programas de gestão integrada e compartilhada, nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Santos. Em suas propostas, contemplavam-se investimentos em novas tecnologias de disposição final, ações voltadas à mobilização social, à valorização do trabalho dos funcionários de limpeza pública e ao desenvolvimento de parcerias com os grupos de catadores. Desencadeou-se um processo de empoderamento de alguns grupos de catadores. (Relatório FUNASA 2010, pg.26)

Acompanhando este cenário, gestores públicos municipais das cidades brasileiras foram recentemente, incentivados a estabelecer este tipo de parcerias – junto aos empreendimentos de coleta – por meio da aprovação da Lei Nacional de Resíduos Sólidos. A Lei nº 12305/2010 regula a reciclagem e disciplina o manejo dos resíduos, prevendo a responsabilização compartilhada pelos resíduos.

A participação do poder público é de fundamental importância nesta etapa de desenvolvimento de parcerias com as cooperativas/associações de catadores. As parcerias fortalecem as experiências de desenvolvimento das tecnologias sociais e a captação de recursos: –Ser parte de um programa de governo e ter recursos previstos no orçamento são bons indicadores da força ou da fragilidade das TS's no horizonte das políticas.” (LASSANCE , A. E. L.; PEDREIRA, J. S 2004, P.70).

O acompanhamento e a capacitação dos envolvidos também são necessárias. Uma das maiores dificuldades na implantação e na manutenção das cooperativas é o não comprometimento ou a não compreensão e capacitação dos envolvidos no que se refere aos estatutos e aos princípios que regem este tipo de empreendimento:

Cerca de 80% das usinas de separação e reciclagem de resíduos sólidos, construídas por vários governos na última década, estão desativadas. Não foi por falta de investimento, na compra de equipamentos, nem de mercado para os produtos reciclados – que cresceu bastante e é cada vez mais lucrativo, pela escassez crescente dos recursos naturais. Tais usinas não funcionam por falta de investimento em capital humano e baixa consistência do capital social. Ou seja, as pessoas não foram formadas para desenvolver capacidades gerenciais, organizativas, de planejamento. Não foram preparadas para prever riscos, aproveitar oportunidades. Não foram estimuladas a persistir, a superar dificuldades, a insistentemente procurar ajuda. E não tinham por trás organizações sólidas, com fortes laços de solidariedade e relações de cooperação, que dão retaguarda coletiva às dificuldades individuais. (LASSANCE A. E. L; PEDREIRA J. S. 2004, p.75)

O trabalho de parceria entre prefeitura, universidades e parceria privada vem no sentido de promover condições para a capacitação, aplicação e arrecadação de recursos para a implantação e no apoio para que estas cooperativas se mantenham de forma sólida para o desenvolvimento desta nova filosofia de trabalho. Segundo os autores, a ampliação deste projeto de parcerias entre gestores públicos, cooperativas e demais parcerias, aponta para a geração de resultados cada vez mais positivos. Estas cooperativas são potenciais geradores de renda, trabalho e inclusão social, por meio de relações de trabalho mais justas.

As discussões que envolvem o tema das tecnologias para a inclusão social podem ser consideradas recentes tanto no Brasil quanto no contexto latino-americano. A contribuição para a construção deste conceito e sua relação com o desenvolvimento dos demais aspectos que o envolvem, ajudará no desenvolvimento e compreensão dentro da esfera acadêmica em especial nos processos de intervenção e produção de conhecimento e no trabalho desenvolvido cotidianamente pelas populações atendidas por este tipo de iniciativa de cunho social.

Pretende-se com a elaboração desta pesquisa contribuir para o avanço das discussões e análises acerca de projetos de gestão compartilhada de resíduos (Gestores Públicos e Cooperativas de Catadores) e seu real potencial de geração de autonomia e inclusão social. A partir deste estudo, entendemos que o olhar sobre estas parcerias e

experiências, poderão ter seus resultados apresentados de forma mais clara e objetiva quanto aos aspectos favorecedores de autonomia. Consideramos que para o êxito de iniciativas que envolvam a utilização de tecnologias sociais, o processo de construção conjunta e o ganho de autonomia social, política e econômica da população envolvida se colocam como ponto fundamental para o sucesso desta experiência.

Entendemos que, em um cenário recente de leis nacionais e municipais referentes à gestão compartilhada dos resíduos, discussões sobre inclusão social e questões relativas ao meio ambiente, este tipo de pesquisa, como a que está sendo realizada, pode contribuir para o avanço da discussão. Uma discussão que envolve diferentes setores da sociedade e principalmente diferentes áreas do conhecimento. Portanto, nada mais adequado do que fazer parte de um programa de pós-graduação que envolva o diálogo entre diferentes setores, como neste caso, a articulação entre Ciência, a Tecnologia e a Sociedade.

Neste sentido, destaco aqui, as prefeituras de São Carlos e Piracicaba, ambas localizadas no interior do estado de São Paulo. A partir do estudo destas duas experiências, temos como objetivo nesta pesquisa, identificar como a participação do gestor público pode contribuir para a inclusão social e conquista de autonomia por parte de seus parceiros, no caso, as Cooperativas de Catadores. Para isto torna-se necessário elaborar uma análise das cooperativas de catadores existentes nas duas cidades, a partir do seu histórico, do seu envolvimento com tais atividades, passando pelos processos de incubação (em parcerias com universidades locais) e parcerias públicas que foram e são desenvolvidas até os dias atuais.

Objetivos Gerais:

- Identificar quais são os aspectos promotores e não favorecedores de autonomia nas relações/parcerias estabelecidas entre gestores públicos e empreendimentos de cooperativas de catadores.

Objetivos Específicos:

- Sistematizar o histórico de parceria dos empreendimentos (Piracicaba e São Carlos) em relação às parcerias com os Gestores Públicos

- Caracterizar os programas de Gerenciamento de Resíduos Sólidos domiciliares urbanos e sua relação com as Cooperativas realizados nas cidades de São Carlos e Piracicaba.
- Analisar se as ações das prefeituras em relação aos cooperados têm sido realizadas de forma colaborativa, contribuindo para a conquista e a manutenção da autogestão e a conseqüente conquista da autonomia.

Métodologia

A pesquisa se propõe a realizar um estudo de caso por meio de trabalhos de campo, que inclui observação participante, entrevistas e questionários. Trata-se, portanto, de um trabalho onde a observação do objeto estudado é de fundamental importância para o pesquisador. Por meio da presença no local da pesquisa, temos por objetivo elaborar análises e chegarmos a conclusões em relação aos aspectos promotores de autonomia nas relações/parcerias estabelecidas entre gestores públicos e empreendimentos de cooperativas de catadores.

Etapas:

Para desenvolvimento do trabalho foram previstas inicialmente 4 etapas de pesquisa. Entendemos que ao adotarmos tais procedimentos para a realização da pesquisa, poderemos obter resultados mais próximos possíveis da realidade.

Etapa I - A primeira etapa, de fundamental importância para a realização da pesquisa, passa pela revisão bibliográfica, que na realidade acompanhou todo o percurso da pesquisa. Somente após uma ampla leitura e análise sobre autores e temas relevantes ao objeto de estudo foi iniciado o contato com as cooperativas e as prefeituras.

Etapa II - Na segunda etapa, a aproximação do pesquisador junto às cooperativas foi realizada por meio de visitas para o acompanhamento da rotina das cooperativas. Com a realização deste acompanhamento, poderemos conhecer de fato o trabalho realizado e as tecnologias que foram desenvolvidas em conjunto com os Gestores Públicos municipais. Tínhamos como objetivo neste processo de acompanhamento, a identificação de como era realizado o trabalho de coleta dos resíduos, sua separação, destinação final e de que forma as atividades eram distribuídas entre eles. Por meio da participação do pesquisador em assembleias, reuniões e discussões do grupo, obtivemos

registros referentes ao perfil das articulações e diálogos que foram realizados, além de problematizações e discussões que foram levadas ao conhecimento de todos para o debate pelo grupo. No acompanhamento da rotina de trabalho administrativo da Cooperativa, tivemos a oportunidade de identificar a interferência ou não dos Gestores Públicos no processo de tomadas de decisões.

Etapa III - A coleta de dados, documentos e planilhas produzidas pelas cooperativas foi feita em uma etapa seguinte do processo de acompanhamento, pois por meio desta pudemos ter um perfil das atividades realizadas pelo grupo e a sua capacidade de administração do empreendimento.

Etapa IV - Por meio do trabalho que foi realizado no acompanhamento das atividades junto às cooperativas, obtivemos um panorama inicial da realidade presente no município no âmbito dos resíduos sólidos domiciliares urbanos e o processo do ganho de autonomia pelos cooperados. Em conjunto a esta etapa, realizamos junto às prefeituras e suas secretarias responsáveis pelas cooperativas, um levantamento dos programas municipais de gestão dos resíduos, histórico do trabalho realizado junto aos empreendimentos com o objetivo de identificar quais eram as estratégias adotadas durante a parceria que colaboraram para o exercício pleno das atividades propostas em cada programa e contratos/parcerias firmadas e/ou estabelecidas. Buscamos assim, identificar quais eram as condições, obstáculos e limites para inserção de tecnologias de cunho social, com o objetivo maior de responder acerca das variáveis relevantes para promover a autonomia, no âmbito dos empreendimentos de coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares urbanos nos municípios pesquisados.

Seleção dos empreendimentos e ferramentas

Para a seleção dos empreendimentos a serem estudados, foi considerado a semelhança dos históricos do surgimento de cada empreendimento e do apoio recebido ao longo da formação dos mesmos, com a participação de Incubadoras universitárias, prefeituras e demais associações. Os empreendimentos selecionados (São Carlos e Piracicaba) surgiram de iniciativas das prefeituras locais de retirar os catadores individuais do trabalho da catação em seus respectivos aterros sanitários. As iniciativas tinham por objetivo melhorar as condições de trabalho daqueles catadores por meio da criação de cooperativas de coleta e triagem dos materiais recicláveis.

Portanto, para a realização desta etapa de pesquisa, foi realizado junto aos empreendimentos participantes, um acompanhamento de suas atividades por meio da observação participativa e a aplicação de uma entrevista semiestruturada com os membros de cada diretoria, conforme a terceira etapa prevista na metodologia.

A partir da escolha dos dois empreendimentos elaboramos uma estratégia de organização da pesquisa de campo. Primeiramente buscamos os contatos com os empreendimentos, depois definimos a ordem de visita (baseado nos contatos pré-estabelecidos do pesquisador com os empreendimentos), identificamos os materiais necessários (questionários, termo de consentimento livre e esclarecido, máquina fotográfica, gravador, etc) e agendamos as visitas de campo.

Com o objetivo de instrumentalizar a pesquisa no decorrer da sua fase de observação foi desenvolvida uma ferramenta de acompanhamento para as atividades de campo com a elaboração de diferentes categorias de análise. A ferramenta exposta a seguir foi baseada na revisão bibliográfica previamente realizada, utilizando como base, França Filho e Santana Junior (2007), no qual os autores trabalham com as diferentes esferas da sustentabilidade (econômica, social, cultural, política e ambiental) e no Guia de Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) 2009.

Acompanhamento do empreendimento

Esta etapa da pesquisa consiste na ida a campo do pesquisador para a realização de sua observação participante. Para a operacionalização desta etapa, foi utilizada uma planilha de acompanhamento pré-elaborada com as devidas categorias de análise a serem observadas e também a entrevista semi-estruturada. Para a ida a campo, foi realizado um contato prévio com os membros de cada diretoria.

Foi definido previamente que o pesquisador acompanharia as rotinas administrativas (escritório) e as atividades de separação, triagem, prensagem e demais atividades exercidas dentro do barracão. O acompanhamento dos empreendimentos também contou com a utilização de uma entrevista semiestruturada que seria aplicada junto aos membros que compõem a diretoria da Cooperativa.

Entrevista semi-estruturada

Para cada aspecto analisado dentro de cada categoria de análise, foi realizada uma série de perguntas a cada membro representante das diretorias de cada empreendimento. O objetivo desta entrevista, classificada de semi-estruturada, foi de identificar na percepção de cada cooperado, as diferentes categorias de análises levantadas e observadas em campo com o objetivo de confrontá-las com os aspectos observados durante a fase de acompanhamento dos empreendimentos.

Estratégias

Uma das estratégias para a realização desta pesquisa de mestrado foi a participação como voluntário na Incubadora Regional de Cooperativas Populares/UFSCar. Desenvolve-se junto ao grupo, atividades de pesquisa relacionadas ao manejo e a geração de resíduos domiciliares urbanos no município de São Carlos e em especial junto a Cooperativa de Catadores (Coopervida).

A atuação consiste em – de forma colaborativa – participar das reuniões quinzenais da equipe de Resíduos da Incubadora e das discussões teóricas realizadas entre o grupo, também realizadas quinzenalmente. As reuniões de equipe têm como objetivo: planejar as ações do grupo para com os empreendimentos de economia solidária assessorados pela incubadora, cumprir metas contidas em editais nos quais a incubadora foi contemplada e o desenvolvimento de projetos de pesquisa por meio de fonte de instituições financiadoras. As reuniões para discussões teóricas têm por fim:

colaborar para a prática realizada no cotidiano e nortear futuras e atuais ações desenvolvidas pela equipe. Nestas reuniões são abordados conceitos presentes no trabalho realizado pela incubadora e também discussões teórico-metodológicas fundamentais para as ações do coletivo.

Durante este tempo de permanência junto ao grupo, foi possível investigar de perto a realidade do empreendimento de catadores, ter acesso aos relatos e materiais utilizados pelo grupo junto aos empreendimentos e coletar informações relevantes junto ao Departamento de Apoio a Economia Solidária (DAES) – órgão ligado à prefeitura municipal de São Carlos - devido à boa relação estabelecida com o coletivo da Incubadora.

Concomitantemente com a participação na incubadora, estabeleceram-se contatos com ex-integrantes, professores e pesquisadores da extinta incubadora da Universidade Metodista de Piracicaba. A partir do desenvolvimento das conversas e trocas de e-mails, foi obtida uma grande quantidade de registros do trabalho realizado pela incubadora enquanto ainda atuava junto ao grupo de catadores do município de Piracicaba.

A participação junto ao grupo da INCOOP/UFSCar e o contato estabelecido com integrantes de outras Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's) colaboraram de forma bem ampla para o desenvolvimento da pesquisa - a partir do momento que é possível participar junto às experiências e as práticas para as quais temos por objetivo trabalhar em uma das etapas desta pesquisa – e para a instituição, que consegue assim, avançar ainda mais na realização das atividades junto aos empreendimentos assessorados.

Estrutura de apresentação do trabalho

A pesquisa apresentada a seguir está dividida em quatro partes/capítulos. Na primeira parte, denominada “Teoria e Contexto”, trabalhamos os referenciais teóricos utilizados como base para a nossa pesquisa, como a temática da Tecnologia Social, a proposta da Economia Solidária, a questão dos resíduos sólidos recicláveis urbanos, a temática da Sustentabilidade e a proposta de categorização do conceito de Autonomia e suas respectivas categorias de análise utilizadas em campo. Na segunda parte, denominada “Pesquisa de Campo”, traremos os resultados obtidos na fase de observação, aspectos históricos de cada um dos empreendimentos e a discussão dos

dados obtidos e suas respectivas categorias de análise (Autonomia Social, Econômica e Política). Na etapa classificada como terceira, apresentamos uma análise geral e a discussão dos resultados obtidos por meio do diálogo com os principais referenciais teóricos trabalhados. Por fim, como quarta e última etapa, tecemos as conclusões e considerações finais sobre a pesquisa realizada.

PARTE I – TEORIA E CONTEXTO

1. As possibilidades da Tecnologia Social

Um dos mecanismos para se amenizar os efeitos do modelo econômico capitalista vigente, poderia estar na disseminação do conceito de tecnologia social e sua aplicação para a inclusão de uma parcela excluída da população.

Nesta perspectiva, as tecnologias sociais têm emergido no cenário brasileiro como um movimento de “baixo para cima”, que se caracteriza pela capacidade criativa e organizativa de segmentos da população em gerar alternativas para suprir as suas necessidades e/ou demandas sociais. Não se constituem, ainda, em políticas públicas, mas vêm obtendo um reconhecimento crescente no que se refere à sua capacidade de promover um novo modelo de produção da ciência e da aplicação da tecnologia em prol do desenvolvimento social. (MACIEL; FERNADES 2011, p. 148)

A tecnologia social é um conceito que designa todo o tipo de tecnologia alternativa à convencional (DAGNINO, 2009). O conceito de tecnologia social tem sua origem apontada em duas vertentes, sendo a primeira uma adaptação do conceito de Tecnologia Apropriada surgida na Índia, através da figura de Gandhi e a segunda como uma oposição ao conceito de Tecnologia Convencional.

No que se refere à primeira preposição, a TS teria se originado do caminho percorrido pelo conceito de TA, que havia sido concebido na Índia, através da utilização das “rocas de fiar”:

A Índia do final do século XIX é reconhecida como o berço do que veio a se chamar no Ocidente Tecnologia Apropriada (TA). Os pensamentos dos reformadores daquela sociedade estavam voltados para a reabilitação e o desenvolvimento das tecnologias tradicionais, praticadas nas suas aldeias, como estratégia de luta contra o domínio britânico. Entre 1924 e 1927, Gandhi dedicou-se a construir programas, tendo em vista a popularização da fiação manual realizada em uma roca de fiar reconhecida como o primeiro equipamento tecnologicamente apropriado, a Charkha, como forma de lutar contra a injustiça social e o sistema de castas que se perpetuava na Índia. (DIAS; NOVAES 2009, p.20)

Já em uma segunda hipótese, a TS teria surgido como oposição ao modelo atualmente adotado das Tecnologias Convencionais. Seria uma alternativa ao modelo capitalista e excludente, utilizado até os dias atuais:

(...) defini-la por oposição ou por negação à Tecnologia Convencional – criada pela grande corporação e para a grande corporação capitalista - e aos valores que ela traz embutidos. Nesse sentido, o conceito de TS surge como uma crítica à Tecnologia Convencional (TC) e de uma percepção, ainda não precisamente formulada, da necessidade de um enfoque tecnológico para a questão do que vem sendo denominada —inclusão social (DIAS; NOVAES 2009, p.17)

Um dos objetivos desta pesquisa é demonstrar a capacidade de contribuição que as tecnologias para inclusão social podem proporcionar para nossa sociedade, principalmente em relação à temática dos resíduos e cooperativas/associações de catadores, que muitas vezes acabam sendo prejudicados pela prática cruel do jogo de preços do mercado. Um mercado e um modelo econômico extremamente excludente, que não oferecem condições iguais a todos, gerando uma desigualdade social galopante ao longo de sua história. Apenas uma parte da sociedade ganha com este jogo, fato que não o torna interessante, pois vivemos em uma democracia onde todos nós, em tese, temos os mesmos direitos.

Alguns fundamentos são pertinentes à concepção de TS: a transformação social, a participação direta da população, o sentido de inclusão social, a melhoria das condições de vida, a sustentabilidade socioambiental e econômica, a inovação, a capacidade de atender necessidades sociais específicas, a organização e a sistematização da tecnologia, o diálogo entre diferentes saberes — acadêmicos e populares —, a acessibilidade e a apropriação das tecnologias, a difusão e a ação educativa, a construção da cidadania e de processos democráticos, entre outros, que são sustentados por valores de justiça social, democracia e direitos humanos. (MACIEL; FERNADES 2011, p. 150)

A construção de tecnologias para a inclusão social surge então como uma possibilidade e um caminho que pode ser percorrido no combate as desigualdades sociais e mazelas presentes no modo capitalista de produção. Uma ferramenta de inclusão social, uma nova maneira de se enxergar as relações de trabalho, uma forma mais humana, sustentável e socialmente justa. Uma nova forma de ação no combate as injustiças sociais, desde que haja uma conscientização da população e do estado em relação aos seus mecanismos de produção.

1.1 O papel da Tecnologia Social

A utilização e aplicação das TS's vão depender primeiramente da conscientização da população perante os problemas ocasionados pela desigualdade social. A iniciativa da mudança tem que ser praticada de forma conjunta entre os diferentes setores de nossa sociedade. O diálogo entre pesquisadores, estado e as camadas mais atingidas pelas injustiças, é de fundamental importância. A investigação das reais necessidades das populações – que sofrem com este processo de exclusão social crescente - precisa ser realizada por meio de uma aproximação entre os setores de pesquisa, governo e a sociedade. A população que sofre do processo de exclusão social precisa ser ouvida, para então em um processo conjunto, terem suas necessidades identificadas e atendidas.

Assim sendo, as TS's não só são inclusivas porque estão orientadas a viabilizar o acesso igualitário a bens e serviços do conjunto da população, mas porque explicitamente abrem a possibilidade da participação de usuários e beneficiários (e também de potenciais prejudicados) no processo de projeto e tomada de decisões para a sua implementação. E não acontece como se esta participação fosse um aspecto complementar, ao fim do processo produtivo, mas porque requerem, estruturalmente, a participação desses diversos atores sociais nos processos de projeto e implementação. (THOMAS 2009, p. 75)

Entre uma das definições acerca das Tecnologias Sociais, podemos destacar a do Instituto de Tecnologia Social (ITS). Fundado no ano de 2001, o ITS Brasil é uma associação de direito privado, qualificada como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público). O ITS possuiu parcerias em pesquisas com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), por intermédio da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social (Secis), além de outros órgãos não governamentais. A associação tem com definição para o conceito de TS:

Conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida. (In: www.itsbrasil.org.br)

A organização ainda lista alguns princípios básicos e fundamentais para a existência e construção do conceito de Tecnologias Sociais:

1. Compromisso com a transformação social
2. Criação de um espaço de descoberta e escuta de demandas e necessidades sociais
3. Relevância e eficácia social
4. Sustentabilidade socioambiental e econômica
5. Inovação
6. Organização e sistematização dos conhecimentos
7. Acessibilidade e apropriação das tecnologias
8. Um processo pedagógico para todos os envolvidos
9. O diálogo entre diferentes saberes
10. Difusão e ação educativa
11. Processos participativos de planejamento, acompanhamento e avaliação
12. A construção cidadã do processo democrático

Compreendendo assim, para o instituto, uma junção de produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas a partir de uma coletividade e que representem efetivas soluções de transformação social. É um conceito que remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento, considerando a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação. Estando baseado na disseminação de soluções para problemas voltados a demandas e carências como: resolução de problemas de alimentação, educação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, entre outras.

Observa-se desta forma, que a produção de tecnologias para a inclusão social vai depender de uma articulação entre as diferentes esferas da sociedade. Necessita ainda de investimento na produção do conhecimento de novas ciências e tecnologias, mais ao mesmo tempo o acompanhamento das necessidades das camadas excluídas da sociedade, envolvendo-as no processo de criação, que deverá ser feito com elas e para elas. Uma produção onde o princípio da igualdade durante o processo de criação é primordial. Não havendo discriminação e diferenciação entre os envolvidos. Criação de tecnologias que contribuam para a melhoria na condição de vida da população, que proporcionem uma inclusão da mesma em um contexto de igualdade perante todos.

Segundo DAGNINO (2004), uma tecnologia adaptada a pequenos espaços físicos e financeiros, não discriminatória, orientada para o mercado interno de massa, libertadora do potencial e da criatividade do produtor direto e ainda capaz de viabilizar

economicamente os empreendimentos. Um movimento de busca por alternativas que vem ganhando força no Brasil e no mundo:

O movimento da tecnologia social (TS) no Brasil, a exemplo de outros processos correlatos que vêm ocorrendo em outras partes do mundo (e ainda que não identificados sob o título "TS"), vem ganhando considerável vulto, reunindo uma série de esforços provenientes do âmbito acadêmico, das políticas públicas, dos movimentos sociais e das organizações não-governamentais (ONGs). (DIAS; NOVAES, 2009, p.55)

A relação sustentável e harmoniosa entre a tecnologia social e o meio ambiente, também faz parte desta nova maneira de pensar e agir. Além de promover a inclusão social a custo reduzido, ela envolve os maiores interessados na construção destes mecanismos de integração e criação das tecnologias. A TS ainda procura formas de não atingir ou prejudicar o meio ambiente, entrando neste aspecto, a participação fundamental dos catadores de materiais recicláveis¹.

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, ao ser um dos protagonistas neste processo de construção de tecnologias para a inclusão social, pode colaborar de maneira bem consistente na preservação do meio ambiente a partir do momento em que dá um novo destino para os resíduos que seriam descartados, degradando o meio ambiente. A participação dos catadores deve ainda ser destacada pelo aspecto da inclusão social e a conquista da autonomia pelo grupo, vencendo a barreira da exclusão e da dependência econômica, política e social ocasionada pelas relações praticadas no modelo capitalista de produção.

É diante desse cenário que a defesa das TS como política pública se apresenta como uma estratégia promissora para superar os limites do atual modelo e padrão de ciência e tecnologia vigente no país, bem como a resposta mais sintonizada com as demandas da sociedade por um modelo de desenvolvimento social que tenha centralidade no processo de inclusão social e como atores principais a própria sociedade. Atualmente, as TS apresentam significativo avanço no país, seja pelas organizações que se instituíram na última década, visando a disseminação dos conceitos e práticas, seja pela capacidade de criação das mesmas, por meio das iniciativas populares e da sua reaplicação em todo o território nacional. (MACIEL; FERNADES 2011, p. 154)

¹ Adotamos neste trabalho a utilização do termo "catadores de materiais recicláveis" utilizada pela própria categoria e reconhecida pelo Movimento Nacional Dos Catadores e reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) como profissão.

2. A Economia Solidária

Os primeiros focos de pensamento da economia solidária surgem no início do século XIX, na Europa. Influenciadas pelas ideias de valorização do ser humano e por meio das cooperativas e associações de produção, observou-se o aparecimento de diversas experiências solidárias, que tinham por objetivo minimizar os efeitos trazidos pelo sistema capitalista.

Segundo Singer (2002), destaca-se a figura do britânico Robert Owen, que já na primeira década do século XIX, teria limitado a jornada de trabalho e proibido o emprego de crianças em seu complexo têxtil. Com a ascensão do cooperativismo, o “owenismo” teria sido adotado pelo movimento sindical e cooperativo da classe trabalhadora. O autor ainda aponta as iniciativas como a de George Mudie, que teria fundado a primeira cooperativa “owenista”. Neste novo projeto, Mudie teria proposto a reunião de um grupo de jornalistas e gráficos em Londres, para juntos viverem dos ganhos de suas atividades profissionais. Anos mais tarde, o resultado foi a publicação do primeiro jornal cooperativo.

Em 1829, John Doherty, um dos líderes do movimento de ascensão do cooperativismo, após conseguir organizar os fiandeiros de algodão em um sindicato nacional, passa a lutar pela organização sindical de todas as categorias de trabalhadores, o que conferiu a esta luta uma maior radicalidade. Segundo o autor:

Os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhora salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar substituí-los no mercado. A greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão. (SINGER 2002, p. 29)

De acordo com Singer (2002), Owen rejeitava o comércio visado ao lucro, o que levou as sociedades owenistas a criarem os bazares ou bolsas, que acabaram conferindo viabilidade econômica à produção. Quando voltou a Inglaterra, Owen criou a National Equitable Labour Exchange (Bolsa Nacional de Trabalho Equitativo), dando impulso a esse comércio sem intermediários. Nessas bolsas, as trocas eram intermediadas por uma moeda própria: as notas de trabalho, cuja unidade eram horas de trabalho.

Na França, a experiência da economia solidária tem como um de seus precursores, Charles Fourier, que acreditava que a sociedade deveria ser organizada de forma que todas as paixões humanas pudessem ter livre curso, e assim se produziria

uma harmonia universal. Dessa forma, segundo Singer (2002), Fourier propôs a ideia do “falanstério”, uma ampla comunidade, na qual cada pessoa poderia encontrar o trabalho que estivesse de acordo com sua “paixão”, ao qual se dedicaria sem se importar com a remuneração. A partir de 1825, discípulos de Fourier, estabeleceram a “escola associativa”, que obteve ainda mais impulso em 1837, com a morte de Fourier.

No Brasil, é com a chegada dos imigrantes europeus, sobretudo no final do século XIX, e com as notícias da Revolução Francesa, que a ideia da economia solidária é mais fortemente difundida com a formação de sindicatos e cooperativas. De acordo com Arroyo e Schauch (2006), a economia solidária no Brasil como alternativa para classe trabalhadora, que encontra a partir da década de 1980, o declínio do número dos postos de trabalho na iniciativa privada e no setor público. Logo, surgem iniciativas como:

(...) a Anteag (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), que a partir de experiências de recuperação de indústrias falidas que foram assumidas pelos trabalhadores, promove projetos alternativos coletivos e/ou comunitários, que são capitalizados por fundos rotativos e ganham competitividade por via da solidariedade. As tradicionais Cáritas (entidade católica) e a Fase (Federação de Órgãos para a assistência Social e Educacional) incluíram em seus trabalhos nas comunidades o desafio da construção da economia solidária, por meio de programas específicos. (ARROYO; SCHAUCH 2006, p. 35)

A economia solidária, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, passa a ter maior expressão com a criação da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) com o professor e economista Paul Singer. A SENAES se origina de uma ampla mobilização dos movimentos sociais que atuavam nas diversas frentes da economia solidária, com a finalidade de fortalecer essas iniciativas, implementando ações diretas ou por meio da contratação de agências de fomento. Segundo Gutierrez e Zanin (2010), já constavam no Atlas da Economia Solidária no Brasil (2007), cerca de 21.859 empreendimentos econômicos solidários espalhados por todo o território nacional.

O Atlas da Economia Solidária faz parte do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). O programa busca identificar e caracterizar os Empreendimentos Econômicos Solidários, entidades de apoio e também as políticas públicas de Economia Solidária desenvolvidas pelos governos estaduais e municipais. Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), responsável pelo programa:

O Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) é uma iniciativa pioneira no país e no mundo para identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários, Entidades de Apoio e Políticas Públicas de Economia Solidária. Essa iniciativa teve início em 2003, quando a SENAES e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, recém criados, assumiram conjuntamente a tarefa de realizar um mapeamento da Economia Solidária no Brasil com os objetivos de proporcionar a visibilidade e a articulação da Economia Solidária e de oferecer subsídios nos processos de formulação de políticas públicas. (SIES 2009, pag. 02)

O programa tem como seus objetivos principais:

- Constituir uma base nacional de informações em economia solidária com identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária;
- Fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos Solidários em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais, através de catálogos de produtos e serviços a fim de facilitar processos de comercialização;
- Favorecer a visibilidade da economia solidária, fortalecendo processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade;
- Subsidiar processos públicos de reconhecimento da economia solidária;
- Subsidiar a formulação de políticas públicas;
- Subsidiar a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária;
- Facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária

Segundo Arroyo e Schauch (2006), a economia solidária segue o caminho do processo de desenvolvimento sustentável e da geração de qualidade de vida, se fundamentando em diversos princípios, como:

- Valorização social do trabalho humano, ou seja, valorização do homem como ser humano na atividade econômica, não sendo mais visto como mero portador de uma única mercadoria, sua força de trabalho;
- Reconhecimento do papel da mulher e do feminino;
- Desenvolvimento integrado e sustentável da sociedade cujo objetivo é o intercâmbio respeitoso do homem com a natureza;
- Busca dos valores do associativismo, do cooperativismo, do mutualismo e da solidariedade como forma de criar uma sociedade humanizadora e eficaz para todos;
- O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber (coleta de informação para a geração de conhecimento) e a criatividade humana, que é fruto do trabalho e do processo de geração de conhecimento;
- O ser humano é sujeito e finalidade da atividade econômica, e não gerador de riquezas capitais particulares;
- Buscar a unidade entre produção e reprodução evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso a seus benefícios, gerando hoje crises recessivas de alcance global;
- Buscar a solidariedade dos povos dos hemisférios Norte e Sul, objetivando o aumento da qualidade de vida para todos, propondo a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato e tendo a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência;
- Geração de trabalho e renda, visando combater a exclusão social e a eliminação das desigualdades materiais.

De acordo com Singer (2002), é necessário que a economia seja solidária, em vez de capitalista, para que tenhamos uma sociedade igualitária para todos os seus membros, sendo que para tal economia se efetivar, o autor diz ser princípio básico, a organização igualitária da associação, empresa ou cooperativa solidária, por todos os seus membros. No que se refere às formas de economia capitalista e solidária, sua

principal diferença estaria na forma de administração. Para tanto, o autor destaca algumas diferenças entre estes modos de produção:

- Na empresa capitalista o modo de produção é a heterogestão, os sócios recebem salário, sendo que os últimos são escalonados visando maximizar os lucros (excedente anual), que tem destino decidido por um pequeno grupo de grandes acionistas, pelos quais todo o lucro é apropriado.
A reprodução do capital está baseada no crescimento econômico e centrada nas atividades produtivas que consideram como fatores de produção: trabalho, recursos naturais como matéria-prima, capital e tecnologia.
- Na empresa solidária, o modo de produção é a autogestão, os sócios recebem retiradas, a qual varia conforme renda obtida e, devem ser igualmente distribuída. A sobra (excedente anual) tem fins decidido em assembléia de sócios, que as destinam à educação e investimentos divisíveis e indivisíveis. A reprodução social considera além da produção material os serviços sociais necessários à manutenção de uma vida digna, a gestão democrática do desenvolvimento (como planejamento, segurança, etc.) e a reprodução deste círculo que tem a vida como centro.

A autogestão e seus princípios exigem um esforço “extra” dos trabalhadores, pois além de executarem as tarefas a seu cargo, têm de se preocupar com os problemas gerais da empresa, preocupação que pode não ocorrer, sendo este “desinteresse”, apontado por Singer (2002), como maior inimigo da autogestão. Portanto, para que a prática autogestionária não corra o perigo de ser afetada pela “lei do menor esforço”, é preciso capacitar os trabalhadores cooperados para o exercício profissional e da gestão coletiva dos empreendimentos.

Nagem et al (2007), apontam que as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP’s são instrumentos de grande valor para o processo de capacitação desses trabalhadores, dada sua natureza interdisciplinar, comprometimento com os princípios da economia solidária e por estarem diretamente ligadas a Universidades, ONG’s e algumas prefeituras.

Nota-se que a autogestão exige sólida formação democrática dos seus sócios e, prazer e vontade de participar e lutar por este modo de produção. Como destacado por Singer (2002), o mérito principal da autogestão não é a eficiência econômica, necessariamente em si, mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Sobre o assunto, o autor complementa:

Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e solidária. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária. (2002. p. 21)

Dificuldades e vantagens estão presentes nos dois modos de produção: autogestão e heterogestão. As atividades econômicas e sociais na economia solidária estimulam a formação de alianças estratégicas entre organizações populares, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa. Segundo Arroyo e Schauch (2006):

Articulando o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e do nível local até o global, a economia solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente sem afastar a atividade econômica do seu fim primeiro, que é responder às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos. (2006, p.82)

A economia solidária só alcançará seu objetivo se utilizada pelo trabalhador como uma ferramenta política, não bastando apenas instrumentalizá-los e assessorá-los na formação de cooperativas. A economia solidária só atingirá seus reais objetivos quando for empreendimento do trabalhador, de todos os cidadãos trabalhadores e satisfazer um conjunto de condições que refletem o dinamismo das organizações sociais existentes, o grau de comprometimento do poder público, a capacidade de captação de recursos e a força dos mercados locais:

Não se trata de revalorização do direito ao trabalho a partir das contribuições da autogestão somente para os chamados excluídos. Importa que a nova qualidade do direito do trabalho possa ser assumida como bandeira dos trabalhadores assalariados, como forma de pressionar as relações capitalistas cerceadoras do desenvolvimento humano. (ANTEAG, 2004, p. 39)

Portanto, esta base oferecida pela junção da economia solidária com as tecnologias para inclusão social, poderão oferecer diversas oportunidades a diversificados grupos tradicionalmente excluídos de nossa sociedade. Vemos grandes possibilidades de sucesso na associação entre catadores de materiais recicláveis e os princípios trabalhados por esta nova proposta de economia.

3. Resíduos Sólidos Urbanos

Com o desenvolvimento da economia brasileira e o aumento do padrão e do poder de consumo da população - de uma forma geral - agravaram-se ainda mais os problemas em torno da produção e manejo dos resíduos domiciliares urbanos nas cidades brasileiras. A produção de resíduos sólidos e seu destino final é a grande discussão que se faz presente ao pensarmos na manutenção do equilíbrio do meio ambiente e na qualidade de vida no Brasil.

A produção nacional de resíduos sólidos urbanos no ano de 2010, segundo dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), atingiu a marca de 60.868 milhões de quilos, registrando um crescimento de quase 7% em relação ao ano de 2009.

Segundo a instituição, entre o ranking dos estados, o estado de São Paulo aparece na liderança isolada da produção de resíduos por ano, com um número total de 20.345 milhões de toneladas. Somente a cidade de São Paulo produz diariamente 55 mil toneladas por dia. Atrás de São Paulo, aparecem os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, com a produção de 7.469 e 6.218 milhões de toneladas ano, respectivamente. Assim a região sudeste lidera no quesito geração de resíduos, pois a região sozinha é responsável por 48% da produção nacional, com 32 milhões de toneladas ao ano.

Lixões², aterros sanitários³ e aterros controlados⁴ são os destinos – finais ou intermediários - da maioria dos resíduos sólidos produzidos anualmente pelas cidades brasileiras. De todo o resíduo que é coletado em território nacional, 57,6% vai para aterros sanitários, 24,3% para aterros controlados e 18,5% para os lixões (Pesquisa ABRELPE 2010).

Envolvidos nesta temática dos resíduos, os catadores de material reciclável aparecem como importantes atores neste processo. Presentes no cenário dos resíduos há mais de 50 anos, segundo Fé e Faria (2011), esta categoria vem se ampliando na

² Os lixões são as formas inadequadas de depósitos de resíduos. O resíduo é acumulado em uma área que não recebe preparação alguma para o despejo do material. São os locais onde o resíduo é despejado no solo, a céu aberto, sem nenhum tipo de cobertura e sem tratamento (GUIMARÃES, 2000)

³ Os aterros sanitários são considerados o modelo adequado de armazenagem de resíduos sólidos. As áreas onde se localizam recebem toda a preparação através da impermeabilização do solo e da construção de redes coletoras e de tratamento para o chorume, o resíduo não é deixado de forma exposta.

⁴ Os aterros controlados, diferentemente dos lixões, recebem uma camada, normalmente de terra, a cada etapa de sua utilização (ROTH; ISAIA; ISAIA, 1999). Por contar com esta camada superficial, oferece menos risco de contaminação e proliferação de doenças

tentativa de se fortalecer e avançar na cadeia produtiva da reciclagem. A atividade vem ao longo das últimas décadas apresentando uma maior organização enquanto coletivo, por meio de representações como o Movimento Nacional dos Catadores⁵, associações e cooperativas:

Na experiência dos catadores, o rompimento com a forma individualizada de trabalho nas ruas foi o primeiro passo para a sua organização enquanto coletivo de produtores associados. Suas formas de organização no campo da produção e enquanto movimento social de novo tipo, carregam como perspectivas a articulação em redes como forma de fortalecer e articular do local de trabalho ao plano nacional e internacional, para alcançar melhores condições de trabalho e de vida para as suas comunidades. (FÉ; FARIA 2011, pg. 23)

3.1 Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

O Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR) surgiu no ano de 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel. Pouco tempo após o início da luta do movimento, os trabalhadores catadores obtiveram uma grande conquista, fundando em junho de 2001 no 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis em Brasília. Segundo o MNCR, o evento reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras. Neste mesmo congresso ainda foi lançada a “Carta de Brasília”, documento que expressa as necessidades do povo que sobrevive da coleta de materiais recicláveis.

O objetivo do movimento é garantir o protagonismo popular dos catadores e catadoras, que são oprimidos pelas estruturas do sistema social. O movimento tem como seus objetivos⁶:

- Trabalhar pela auto-gestão e organização dos catadores através da constituição de Bases Orgânicas, em que a participação de todos os(as) catadores(as) que querem ajudar a construir a luta de seus direitos, seja um direito internamente garantido, mas também um dever do catador com a “Base Orgânica”, com um

⁵ O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) é um movimento social que existe a cerca 10 anos e tem como um de seus objetivos, organizar os catadores e buscar a sua valorização enquanto categoria. Mais informações podem ser obtidas no site: www.mnrc.org.br

⁶ Declaração de Princípios e objetivos do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR. Mais informações podem ser obtidas no site: www.mnrc.org.br

critério de democracia direta em que todos tem voz e voto nas decisões, conforme critérios constituídos nas bases de acordo;

- O MNCR tem na ação direta popular, bem como em outras formas organização um princípio e método de trabalho, que rompe com a apatia, a indiferença e a acomodação de muitos companheiros(as), que parta desde a construção inicial dos galpões e sua manutenção, não esperando que caia tudo pronto do céu, e até as mobilizações nas grandes lutas contra a privatização do saneamento básico e do lixo, contribuindo para a preservação da natureza, mas também lutando pelo devido reconhecimento e valorização da profissão dos catadores;
- O MNCR busca garantir a independência de classe em relação aos partidos políticos, governos e empresários, mas também lutando pela gestão integrada dos resíduos sólidos com participação ativa dos catadores organizados, desde a execução da coleta seletiva com catadores de rua, até a triagem e o beneficiamento final dos materiais, buscando tecnologias viáveis que garanta o controle da cadeia produtiva, firmando com os poderes públicos contratos que nos garantam o repasse financeiro pelo serviço prestado a sociedade, e cobrando das empresas privadas, produtora industrial dos resíduos o devido pagamento pela nossa contribuição na reciclagem;
- No MNCR, ao contrário do individualismo e da competição, buscamos o apoio mútuo entre os companheiros(as) catadores(as) , e praticando no dia a dia das lutas a “Solidariedade de Classe” com os outros movimentos sociais, sindicatos e entidades brasileiras e de outros países. E desta forma ir conquistando “o direito à cidade”, local para trabalho e moradia digna para todos, educação, saúde, alimentação, transporte e lazer, o fim dos lixões e sua transformação em aterros sanitários, mas com a transferência dos catadores para galpões com estruturas dignas, com coleta seletiva que garanta a sustentação de “todas as famílias”, com creches e escolas para as crianças.

A conscientização enquanto uma classe de trabalhadores, enquanto um movimento social, proporcionou a esses catadores e catadoras, uma expansão e uma estruturação de sua organização. Para a realização de suas atividades em nível nacional, foi criada uma Equipe de Articulação Nacional. A função desta equipe foi de agilizar a execução de ações e articulações, criando um elo em território nacional entre todo o movimento. As

equipes foram compostas por 5 catadores de cada região: Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste.

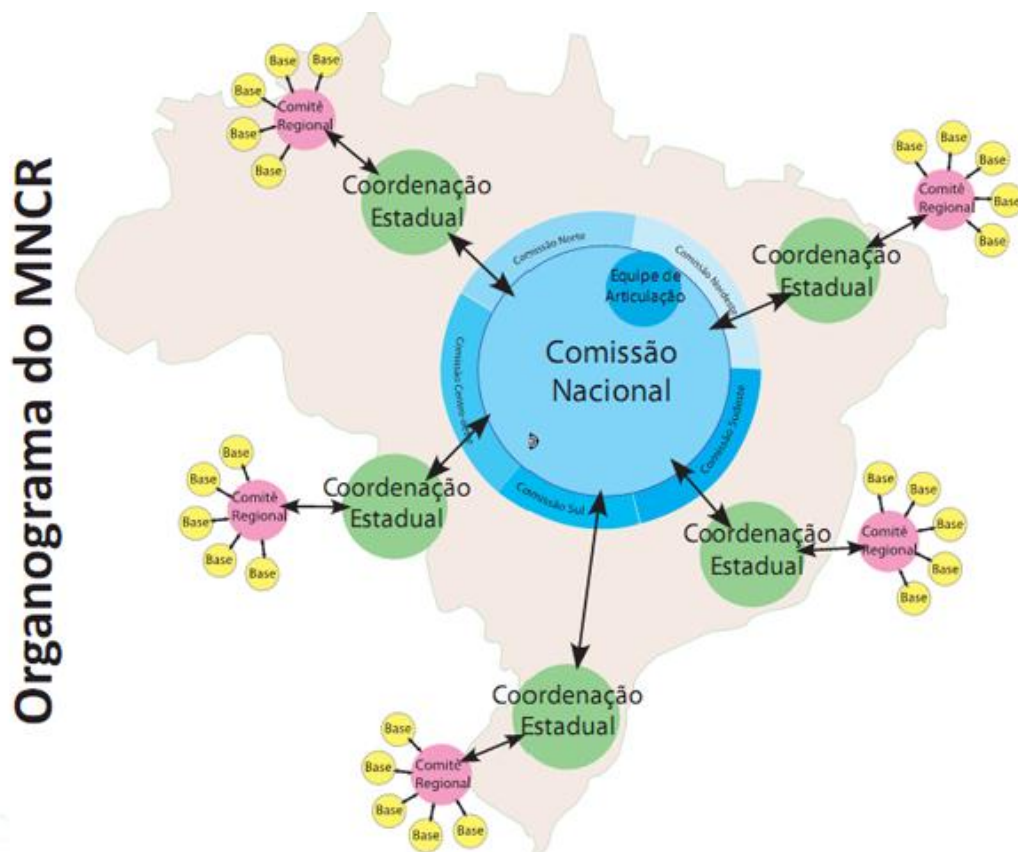


Figura 1 – Organograma Organizacional do Movimento Nacional dos Catadores. Fonte: <http://www.mncr.org.br/>

Em relação a sua organização, nas cinco regiões que possui uma coordenação, o MNCR possui uma coordenação regional. Cada Comitê Regional, ainda vai ter como esferas menores de representação e de alcance, outras bases espalhadas por cada região (Bases Orgânicas). De acordo com o MNCR, as bases orgânicas desenvolvem nos espaços de trabalho e nas comunidades onde estão localizados diversos projetos de caráter popular que procuram resgatar a cultura e o protagonismo dos catadores e de suas famílias, com o desenvolvimento de projetos educativos, de cultura popular, atividades recreativas, de inclusão digital, oficinas artesanais, entre outros.

Juntamente ao processo de busca por maior representatividade e tentativa de avanço na cadeia produtiva da reciclagem, as cooperativas e associações de catadores começam a conquistar seu espaço em consequência da promulgação de leis nacionais e municipais que incentivam a formação da gestão compartilhada dos resíduos sólidos.

Entre estas leis, a de maior abrangência esta representada pela lei nº 12305/2010 que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos. São características que se destacam na lei: a contundente orientação para que se priorize a minimização de resíduos, a reutilização e reciclagem na gestão de resíduos sólidos; o incentivo à elaboração dos planos de resíduos municipais e estaduais; incentivo aos municípios para que priorizem a participação de cooperativas de catadores e outras formas de associação nos serviços de gestão de resíduos; previsão de incentivos econômicos e financiamento para cooperativas de catadores; a instituição da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, envolvendo fabricantes, comerciantes, comerciantes e titulares de serviços públicos de limpeza; a obrigatoriedade de implantação de sistemas de logística reversa entre fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de pilhas e baterias e equipamentos eletroeletrônicos.

O apoio obtido pelo MNCR vai além da nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, de acordo com Gutierrez (2010), o estado de São Paulo e a federação brasileira, contam com leis e decretos que vão ao encontro à política nacional:

Estado de São Paulo

- 2007- LEI Nº 12.528/07 que obriga a implantação do processo de coleta seletiva de lixo em “shopping centers” e outros estabelecimentos específicos (empresas de grande porte, condomínios industriais, condomínios residenciais) do Estado de São Paulo.

Federal

- 2002 - Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/5192: institui o reconhecimento da atividade de catador como ocupação legal.
- 2006 – Decreto Nº 5940 da Presidência da República: determina que órgãos públicos federais, em todo o Brasil (217 órgãos, 10 mil prédios, 1.400 municípios), implementem a coleta seletiva e destinem os resíduos às organizações de catadores.
- 2007 – Instituição da Política Nacional de Saneamento, Lei Nº 11.445/07.

Como consequência do incentivo criado por meio da promulgação de leis e decretos, alguns municípios brasileiros adotaram para seus sistemas de gerenciamento

de resíduos, a formação de Parcerias Públicas Privadas (PPP). Segundo Brandão e Saraiva (2007): “[...]parcerias público-privadas são arranjos contratuais, entre o governo e o setor privado, para a provisão de bens e serviços tradicionalmente providos pelo setor público.”. Uma forma de compartilhar as responsabilidades sobre o gerenciamento dos resíduos de cada município e que em alguns casos pode envolver a participação de cooperativas/associações de catadores de resíduos no processo.

4. Autonomia e Sustentabilidade

4.1. Sustentabilidade e a origem da discussão

4.1.1. O Clube de Roma

A discussão acerca do desenvolvimento sustentável tem sua origem apontada no debate em relação às questões que envolviam o meio ambiente, motivado pela preocupação com os recursos naturais e sua utilização acima do limite por parte do ser humano. De acordo com Sachs (1993), a tentativa era de se utilizarem estratégias ambientalmente adequadas, para promover um desenvolvimento socioeconômico equitativo.

Apontado como um dos marcos para o início desta discussão, o Clube de Roma, publicado em 1971, foi um encontro realizado no ano de 1968. O encontro constituiu-se um grupo de 30 pessoas, composto por economistas, cientistas naturais, matemáticos, educadores, economistas, industriais e políticos. Seu objetivo era discutir e analisar problemas presentes e futuros da humanidade e os limites do crescimento econômico, diante do uso crescente de recursos naturais. De acordo com Cavalcanti (1996) No início da década de 70 o grupo já estava com 70 membros e no final da década, chegava a cem pessoas.

A partir dos relatórios dos encontros realizados pelo grupo, foi publicado em 1972 o livro "The Limits to Growth" (limites do crescimento). Segundo Cavalcanti (1996), as conclusões do Relatório foram resumidas em três questões fundamentais:

1. Caso se mantenham as tendências observadas de crescimento da população mundial, da industrialização, poluição, produção de alimentos, consumo de recursos naturais e sua conseqüente diminuição de reservas, os limites do Planeta serão alcançados nos próximos cem anos, mais provavelmente através de um declínio súbito e incontrolável da população e da capacidade industrial.
2. A adoção do estado de equilíbrio ecológico e econômico, em nível global, a ser mantido por um futuro remoto, foi prevista como a única saída, possível de ser planejada, que evitaria o desastre.
3. As possibilidades de êxito dessa segunda alternativa, seriam maiores, quanto mais cedo a humanidade começasse a trabalhar em sua direção, ou seja, quanto antes adotasse a opção pelo estado estacionário.

As conclusões publicadas pelo relatório foram alvo de muitas críticas, algumas eram consideradas catastróficas. Segundo Cavalcanti (1996), as críticas mais frequentes ao Relatório estariam relacionadas com o fato dele fazer uma projeção para cem anos, baseada na tendência histórica, que não foi observada para considerar progresso técnico em nenhuma área.

4.1.2. Relatório Brundtland (1987)

No ano de 1983 a Assembleia Geral da ONU criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Esta comissão era formada por especialistas e líderes mundiais de 21 países no total. Seus objetivos eram:

- Reexaminar as questões críticas relativas a meio ambiente e desenvolvimento e formular propostas realísticas para abordá-las;
- Propor novas formas de cooperação internacional nesse campo, de modo a orientar políticas e ações no sentido das mudanças necessárias;
- Dar a indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma compreensão maior desses problemas, incentivando-os a uma atuação mais firme.

Sob o comando da Primeira Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, a comissão elaborou o Relatório Brundtland, como ficou mais conhecido, que foi publicado em 1987, com o título "Nosso Futuro Comum". De acordo com Cavalcanti (1996) o documento tinha como proposta uma série de ações e diretrizes a serem empreendidas que tinham por objetivo reduzir as ameaças à sobrevivência e traçar um caminho para o desenvolvimento:

- Reativar o crescimento;
- Mudar a qualidade do crescimento;
- Atender às necessidades humana essenciais;
- Assegurar níveis sustentáveis de população;
- Conservar e melhorar a base de recursos;
- Reorientar a tecnologia e gerenciar o risco;
- Incorporar o ambiente e a economia nos processos de decisão

4.2. As diferentes esferas da sustentabilidade

No decorrer deste aprofundamento sobre o conceito de sustentabilidade, Sachs (2002) propõe a sua divisão em sete diferentes esferas (social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômico e política nacional e internacional) das quais utilizaremos como referência para a aproximação com a nossa proposta, as esferas social e econômica. De acordo com Sachs (2002, p. 85):

- Sustentabilidade Social: se baseia na construção de uma sociedade sem grandes abismos/diferenças entre as diferentes classes, uma equidade de renda e bens de modo a reduzir as disparidades entre as camadas mais desfavorecidas e as que concentram a maior parte das riquezas.
- Sustentabilidade Cultural: busca de raízes endógenas de processo de modernização e de sistemas agrícolas integrados, que facilitem a geração de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.
- Sustentabilidade Ecológica: aumento da capacidade de utilização dos recursos, limitação do consumo de combustíveis fósseis e outros recursos e produtos que são facilmente esgotáveis, redução da geração de resíduos e de poluição através da conservação da energia, recursos e da reciclagem.
- Sustentabilidade Ambiental: baseia-se no respeito e conscientização da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais
- Sustentabilidade Territorial: configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor ocupação do homem em relação ao espaço da moradia
- Sustentabilidade Econômica: coloca-se como fator primordial a adequada distribuição/aplicação dos recursos e ainda o estímulo constante ao investimento de origem público e privado.
- Sustentabilidade Política Nacional: importância da democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, a capacidade do Estado em desenvolver projetos nacionais em parceria com todos os empreendedores e um nível de coesão social razoável
- Sustentabilidade Política Internacional: eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, bem como um controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio da igualdade, sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica e um controle institucional efetivo da aplicação do princípio da precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais

Silva (2000) vai classificar o conceito de sustentabilidade em quatro diferentes dimensões. De acordo com a autora o conceito de sustentabilidade pode ser classificado da seguinte forma: sustentabilidade ambiental, sustentabilidade econômica, sustentabilidade política e sustentabilidade social. Dentre as dimensões propostas pela autora que fazem parte da classificação do conceito de sustentabilidade - pretendemos fazer a aproximação do conceito de autonomia com as seguintes dimensões: econômica, política e social.

Econômica – realização do potencial econômico que contempla prioritariamente a distribuição de riqueza e renda associada a uma redução das externalidades socioambientais, buscando resultados macrossociais positivos.

Política – criação de mecanismos que incrementem a participação da sociedade nas tomadas de decisões, fazendo reconhecer e respeitar os direitos de todos, superando as práticas e políticas de exclusão e permitindo o desenvolvimento da cidadania ativa.

Social – viabilidade de uma maior equidade de riquezas e de oportunidades, combatendo as práticas de exclusão, discriminação e reprodução da pobreza e respeitando a diversidade em todas as suas formas de expressão.

Segundo França Filho e Santana Junior (2007), no que se refere à dimensão econômica, podemos destacar a relevância do impacto da distribuição da renda no local pesquisado. O incremento da renda dos envolvidos vai beneficiar de forma direta a um maior número de famílias e aumentar a criação de novos postos de trabalho. Ainda no que se relaciona a esfera econômica da sustentabilidade estes autores destacam:

Um segundo indicador relativo a esta dimensão econômica concerne à capacidade da experiência em articular nas suas ações diferentes lógicas econômicas entre relações mercantis, não mercantis e não monetárias. Ou seja, para além da capacidade da experiência em gerar transações de natureza mercantil, importa observar se a experiência consegue preservar e estimular no território outros circuitos de relações econômicas, como por exemplo: produção para auto-consumo, intercâmbios de produtos e serviços não monetarizados, mecanismos de subsidiariedade para produção e consumo nas relações com os poderes públicos (transferências governamentais, isenções tributárias ou outras formas de subsídio), utilização coletiva de recursos (equipamentos, propriedades etc.) e diferentes formas de finanças solidárias, entre outras.

Quanto à dimensão social, os autores utilizam como primeiro critério para sua caracterização o nível de coesão social existente entre as pessoas envolvidas naquele ambiente analisado. Novamente, segundo França Filho e Santana Junior (2007):

Neste quesito, destacam-se alguns indicadores qualitativos tais como: o tipo de sociabilidade vivido no território, o grau de confiança e a natureza do vínculo na relação entre as pessoas etc.. Neste sentido, o fato do desenvolvimento das atividades econômicas encontrar-se indissocialmente ligado às próprias práticas de relações sociais fortemente baseadas no vínculo (muitas vezes pré-existente) entre as pessoas no território, parece denotar fator de relevância da experiência.

No que se refere à esfera política, os autores partem do pressuposto que esta se encontra embasada em três aspectos: o grau de autonomia dos grupos locais no processo de gestão da experiência, a capacidade da experiência em fomentar um modo de ação pública no território e o nível de articulação da experiência com outras esferas de poder no sentido de preservar a sua autonomia. Concluindo assim que:

O primeiro aspecto salienta o nível de aprendizado de uma cultura política democrática orientando os processos decisórios internos. Os dois últimos aspectos, em especial, além de apontar inovações na esfera da cultura política local, informam ainda sobre a capacidade da experiência em promover transformações no plano mais institucional da vida no território.

4.3 Autonomia

Desejo de conquista por muitos coletivos de catadores, bem como por outros grupos que fazem parte de nossa sociedade, a autonomia é termo presente constantemente em muitos trabalhos relacionados à temática da Tecnologia Social e da Economia Solidária. Por esta razão, entendemos ser fundamental para esta pesquisa resgatar a origem deste conceito ao longo de seu processo de construção. Feito este resgate, em um segundo momento, pretendemos elaborar uma proposta de utilização deste conceito por meio de sua categorização em diferentes esferas.

Semanticamente, "autonomia" é derivado do grego *autos*, que significa ao mesmo tempo "o mesmo", "ele mesmo", e "por si mesmo" e *nomos*, que significa "compartilhamento", "lei do compartilhar", "uso", "lei". Nesse sentido, autonomia significa propriamente a competência humana em "dar-se suas próprias leis". A junção dos dois termos confere à ideia de autonomia o significado de autogoverno; autodeterminação para a pessoa tomar decisões que afetam sua vida, saúde, integridade físico-psíquica e relações sociais. Portanto, autonomia refere-se à capacidade do ser humano de decidir o que é "bom"; aquilo que é seu "bem-estar". (MORAIS 2010, p. 334)

Segundo MARTINS (2002) a utilização do termo autonomia estaria atrelado ao movimento operário por busca de melhorias nas relações de trabalho, segundo a mesma,

no cerne da busca pela descentralização e desconcentração nas relações de poder estabelecidas pelo capital:

O tema autonomia aparece na literatura acadêmica, em alguns casos, vinculado à ideia de participação social, e, em outros, vinculado à ideia de ampliação da participação política no que tange a descentralização e desconcentração do poder. (MARTINS 2002, p 208).

Historicamente a população escrava - com todas as suas particularidades - e décadas mais tarde a população operária, serviram de certo modo como peças de uma engrenagem para o alcance do principal objetivo da economia ocidental capitalista, que se baseava na acumulação de riquezas e no incremento do lucro sobre o trabalho:

A Revolução Industrial, possibilitada e estimulada pelo crescimento da riqueza, alterou profundamente as técnicas, a organização da produção e as relações de trabalho, ao mesmo tempo em que estreitava sua relação de dependência com o mundo não europeu, principal provedor de matéria prima, alimento e trabalho escravo, como mercado para o excedente da produção européia e residência para a população excedente. (CAVALCANTI 1996, p.40)

As revoltas operárias contra a opressão e pela melhoria nas condições de trabalho sempre se apresentaram como uma constante na história do proletariado. Segundo Beer (2006) os operários foram durante muitas décadas privados de seus direitos políticos e não possuíam qualquer representação do ponto de vista econômico, pertenciam a um contexto de dominação total e absoluta por parte da aristocracia dominante que explorava e sufocava qualquer tipo de reação por parte da massa operária.

Nesse contexto, a autonomia constitui o paradigma que orienta o movimento de trabalhadores para a prática de ação direta contra o capital, propondo a superação de antagonismos fundantes das relações sociais de produção: a divisão entre o trabalho intelectual e manual; a cisão entre quem decide e quem executa; a separação entre dirigentes e dirigidos, enfim, indica uma nova distribuição de poder. (MARTINS 2002, p 220)

A definição do termo autonomia passa também pela condição de vulnerabilidade de cada sujeito. Segundo Morais (2010), é importante o reconhecimento dessa vulnerabilidade para garantir o direito a autonomia e respeito à dignidade de indivíduos:

A autonomia é um dos sustentáculos dos direitos fundamentais do homem e, especificamente, dos seus direitos de personalidade, previstos nas cartas magnas nacionais que consagram o exercício da cidadania. No Brasil, a

consciência de cidadania foi retomada com o advento da Constituição Federal onde reavivaram os direitos fundamentais do homem: o direito à vida, à integridade física, às partes do próprio corpo, à liberdade e à ação. (MORAIS 2010, p. 335)

Desta maneira, poderemos compreender melhor a proposta de categorização do termo autonomia e sua complexidade. A possibilidade de visualizarmos neste conceito, diferentes esferas pode nos ajudar a compreender de maneira mais próxima o processo de conquista da autonomia por parte dos grupos a serem observados. Como uma das próprias definições do conceito nos coloca, a conquista da autonomia envolve uma série de fatores e dimensões:

É autônomo quem goza de liberdade, seja porque suas ações não são decorrentes de uma forma de poder exterior ao sujeito, seja porque não é irremediavelmente determinado por forças internas sobre as quais a vontade não exerce influência nenhuma. [...] É autônomo quem legitima regras, princípios e valores morais sem a referência a uma fonte que o transcende, sem referência, portanto, a figuras ou instâncias de autoridade. (LA TAILLE apud CAETANO, 2009, p. 105)

4.4 Categorização do conceito

A categorização do conceito de autonomia parte de uma ideia inicial na qual pensaremos neste conceito em três distintas esferas e com relações diretas entre si: autonomia econômica, autonomia social e autonomia política. A base para a realização de tal estruturação utiliza como ponto de partida a aproximação da definição de autonomia com as definições das diferentes esferas do conceito de Sustentabilidade. Para isso, resgatamos alguns autores e suas definições sobre o termo. Segundo Fontes (2003):

Sustentabilidade é um conceito emprestado do ecodesenvolvimento. Refere-se à possibilidade de um desenvolvimento sem prejuízo aos recursos existentes, quer dizer, uma possibilidade de completar o ciclo de reprodução mantendo-se relativamente estáveis as condições ambientais. Nesta análise, empregamos esse conceito para expressar algo como “autonomia” da comunidade em relação a outros atores da sociedade civil. Não significa uma posição isolada, excluindo-se a possibilidade de interlocuções e alianças com outros atores fora da comunidade, mas a possibilidade de a comunidade desenvolver ações que lhe garantam uma reprodutibilidade independente de apoio ou suporte externo (FONTES, 2003, p. 161).

Neste sentido, com o avanço e o consequente aperfeiçoamento desta proposta de categorização do conceito de autonomia em três diferentes esferas, realizamos a ida a campo para a identificação no cotidiano das atividades das cooperativas e nas suas relações de parcerias com os gestores públicos, estes três diferentes aspectos. Desta maneira, conseguimos trabalhar de forma mais clara e precisa, todos os aspectos relacionados ao ganho de autonomia por parte dos cooperados.

5. Categorias de Análise

5.1 Autonomia Social

Observar as rotinas e os processos de tomada de decisões no espaço administrativo (escritório) e também junto às atividades realizadas na parte interna do barracão.

- Objetivo: Esta atividade vai identificar o grau de democratização das relações e o nível de participação dos associados junto ao grupo e a comunidade (Autogestão).

Instâncias de Decisão	
Instâncias de decisão dentro do empreendimento	Diretoria Comissões Assembleias Outras
Realização das decisões dentro de cada instância	Consenso Voto Outros

Grau de democratização nas relações	
Participação do coletivo nas atividades realizadas diariamente pela diretoria	Total Nenhuma Parcial
Caracterização das decisões tomadas nas atividades diárias realizadas no barracão	Coletivamente Por determinados grupos
Forma como são realizadas as consultas e passadas as informações junto ao grupo	Assembleias Informes por escrito Reuniões Outros

Divisão do trabalho	
Caracterização da divisão do trabalho realizado no empreendimento	Coletivamente Individualmente
Decisão acerca da divisão do trabalho	Coletivamente Individualmente

Solidariedade	
Prática da solidariedade entre os cooperados	Sim – Não - Parcialmente

5.2 Autonomia Política

Observar se existe a iniciativa do empreendimento em fomentar um modo de ação pública no território por meio de suas atividades junto à comunidade onde se localiza.

- Objetivo: Identificar o nível e a forma de participação dos cooperados na discussão de problemas comuns relativos ao cotidiano da vida no próprio lugar.

Observação das relações de trabalho estabelecidas entre os cooperados para a gestão do empreendimento nas relações estabelecidas no espaço interno do barracão.

- Objetivo: Identificar o grau de democratização das relações e o nível de participação das pessoas, se durante a realização das atividades é estabelecida a prática do diálogo e no respeito às diferenças (sejam elas de qualquer ordem) entre os mesmos ou se as relações entre eles são baseadas nas relações de poder hierarquizadas tradicionais ao modelo capitalista de produção.

Observar as articulações estabelecidas pelos empreendimentos, tanto no sentido de se inserir em REDES por meio de parcerias com outros empreendimentos, quanto no

que diz respeito a sua capacidade de estabelecer pactos ou interações com os gestores públicos.

- Objetivo: Identificar o grau de articulação política do empreendimento.

Ação pública no território	
Desenvolvimento de atividade junto à comunidade (município de São Carlos e município de Piracicaba)	Sim – Não – Quais

Gestão do Empreendimento	
Prática do diálogo e respeito às diferenças na a realização das atividades (administrativas e no barracão)	Sim – Não - Parcialmente

Participação/Articulação	
Participação em fóruns, redes de articulação ou representação	Sim – Não – Quais
Participação em movimentos sociais, populares ou sindicais	Sim – Não – Quais

5.3 Autonomia Econômica

Observar a capacidade da experiência em articular nas suas ações cotidianas diferentes lógicas econômicas (relações mercantis, não mercantis e não monetárias).

- Objetivo: Identificar se o empreendimento consegue preservar e estimular no território outros circuitos de relações econômicas, como por exemplo:

intercâmbios de produtos e serviços não monetarizados com outros empreendimentos e associações, utilização coletiva de recursos (equipamentos, propriedades etc.) e diferentes formas de finanças solidárias, entre outras.

Observar nos balanços mensais a distribuição da renda obtida, retirada mensal dos cooperados e número de cooperados atendidos a cada mês.

- Objetivo: Identificar o grau de impacto promovido pela experiência na distribuição de renda no território.

Formação de redes	
Participação em rede de produção, comercialização, consumo ou crédito	Sim – Não – Quais
Destinação final dos materiais recicláveis	Venda – Troca - Autoconsumo

Posse dos meios de produção	
Instrumentos, ferramentas e equipamentos utilizados	Próprios – Arrendados - Alugados Cedidos - Empréstados

Direitos Sociais	
Benefícios, garantias e os direitos dos (as) sócios (as) que trabalham no Empreendimento	INSS - Outros

Investimento em infraestrutura	
Realização de investimento em infraestrutura	Sim - Não
Realização de investimentos no empreendimento nos últimos 12 meses com os próprios recursos da Cooperativa	Sim - Não Sim, com recursos externos

Fontes de Arrecadação do Empreendimento	
Compradores/Receptores dos materiais	Indústria – Atravessadores - Outros
Fontes de arrecadação da Cooperativa	Parceiros - Venda de materiais Contratos de prestação de serviços Outros
Principal fonte de arrecadação da Cooperativa	Parceiros - Venda de materiais Contratos de prestação de serviços Outros

Portanto, para dar continuidade à análise dos empreendimentos de catadores, buscaremos em uma etapa a seguir, identificar os aspectos relacionados ao ganho de autonomia por parte das cooperativas no processo de parceria estabelecido com os gestores públicos municipais. Até que ponto o processo de tentativa de inclusão social por parte de algumas prefeituras localizadas no interior do estado de São Paulo, proporciona um ganho de autonomia para os grupos trabalhados.

PARTE II – PESQUISA DE CAMPO

1. Resultados

Nas etapas trabalhadas a seguir apresentaremos os seguintes tópicos de cada uma das cooperativas pesquisadas:

- Aspectos históricos
- Categorias de análise e discussões dos dados
- Observações de Campo
- Análise geral e discussão dos resultados
- Conclusões e considerações finais

No item “Aspectos históricos” apresentaremos um pequeno resgate da trajetória de cada empreendimento, no item “Categorias de análise e discussões dos dados” apresentaremos os resultados da aplicação da entrevista semiestruturada e do acompanhamento dos empreendimentos ao longo do trabalho de campo acompanhados de uma pequena discussão das respostas obtidas, no item “Aspectos qualitativos” abordaremos algumas situações de pesquisas presenciadas ao longo do período de acompanhamento dos empreendimentos, na “Análise geral e discussão dos resultados” iremos analisar e discutir os resultados de pesquisa obtidos a partir do referencial teórico utilizado, e por fim, no item “Conclusões e considerações finais” faremos uma análise dos aspectos favorecedores e desfavorecedores na parceria estabelecida entre cooperativas e gestores públicos.

1.1 Cooperativa de Catadores de Piracicaba

1.1.1 Aspectos Históricos

No município de Piracicaba, o aterro do Pau Queimado era o sustento para muitos catadores e até famílias inteiras que sobreviviam da coleta dos resíduos recicláveis que eram depositados no aterro da cidade. Durante os anos finais da década de 90, assistentes sociais - sob recomendação da Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente (SEDEMA) - organizavam estes catadores em grupos que foram cadastrados pela prefeitura e autorizados a coletar os resíduos sólidos de acordo com os horários da entrada dos caminhões que faziam o despejo.

Quando o trabalho destas assistentes foi encerrado pela própria prefeitura, provocou uma desorganização muito grande entre os catadores e as empresas responsáveis pelo despejo dos resíduos. Em virtude do problema que se apresentava, no ano de 2001 a prefeitura de Piracicaba concretizou a formação de um projeto piloto de coleta seletiva. Por meio de parcerias com a Rede Unitrabalho e a Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) foi possível então dar início ao projeto de formação da Cooperativa do “Reciclador Solidário” de Piracicaba (GALLO; MARTINS; PERES, 2005).

Os setores da prefeitura responsáveis pelo acompanhamento da Cooperativa no início de sua criação foram a Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente (SEDEMA) e a Secretaria do Bem Estar Social (SEMDES). Para a iniciação do trabalho naquela época, foi feita uma divulgação junto à população dos dias de coleta em cada bairro. O projeto começou com a participação de 18 catadores, sendo a coleta realizada inicialmente em apenas três bairros da cidade.

A prefeitura de Piracicaba ofereceu a estrutura básica para o início do funcionamento da cooperativa. Assim foram fornecidos: um caminhão, barracão, ferramentas e a doação de cestas básicas como forma de ajudar no sustento inicial destas famílias durante o período de formação da cooperativa. Após o período de dois anos de Incubação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), foi realizada em conjunto com os cooperados a organização do estatuto da cooperativa, sendo esta oficialmente legalizada em abril de 2003 (MARTINS; PERES 2004).

No ano de 2005, a nova administração da prefeitura encerrou o convênio e a participação da UNIMEP no projeto Reciclador Solidário. Desde o ano de 2009, a

Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente (SEDEMA) é a secretaria da prefeitura que se relaciona diretamente com os cooperados. Atualmente a cooperativa conta com esteira, balança, prensa, moinho de plásticos e picador de papel. A prefeitura concede ainda o galpão, caminhões e alguns profissionais que acompanham o trabalho dos cooperados (uma assistente social, um gerente, um guarda noturno e um funcionário que colabora na gestão do empreendimento)

A prefeitura também é responsável pela contratação de garis que fazem a coleta nos bairros acompanhados por dois representantes da cooperativa. Desta forma o trabalho dos cooperados se restringe na triagem, prensagem, comercialização dos resíduos e acompanhamento da coleta. Atualmente o galpão está localizado no bairro de Ondinhas (região da Vila Rezende), sendo o quarto local desde a sua fundação.



Figura 2 – Cooperativa “Reciclador Solidário” do município de Piracicaba
(Fotografia: Lucas França)

1.1.2 Categorias de análise e discussão dos dados

Para a realização da primeira ida a campo, foi estabelecido um contato prévio com a assistente social representante da prefeitura, que permanece todos os dias junto aos cooperados no escritório do próprio empreendimento. Foi definido previamente que o pesquisador acompanharia as rotinas administrativas (escritório) e as atividades de separação, triagem, prensagem e demais atividades exercidas dentro do barracão.

A cooperativa conta com um número de cooperados em torno de 30 sócios. A informação quanto ao número exato de cooperados não foi obtida, pois a atual diretoria classificou como “difícil” a tarefa de precisar o número de trabalhadores em função da alta rotatividade apresentada pela cooperativa e por alguns sócios não comparecerem ao trabalho e não fornecerem justificativas, não se sabendo assim se estes ainda estão ligados ao empreendimento. Portanto, este foi um dos primeiros aspectos identificados em relação à gestão do empreendimento, ou seja, a diretoria da cooperativa parece apresentar dificuldades no gerenciamento do empreendimento.

a) Aspectos da Autonomia Social

a.1) Instâncias de decisão

A cooperativa “Reciclador Solidário”, segundo as informações obtidas junto a sua diretoria (presidente e vice-presidente), tem como instâncias de decisão as Assembleias realizadas mensalmente pela cooperativa e a Diretoria. Nesta categoria de análise - como em demais categorias analisadas - obtivemos destes entrevistados, respostas diferentes em relação a este aspecto. Um dos representantes entrevistados relatou ser local de decisão da cooperativa, apenas a Diretoria do empreendimento.

No que se refere ao modo como a decisão é tomada dentro de cada instância onde cada um dos representantes entende ser o local de decisão, a resposta novamente foi divergente. Um dos representantes - o mesmo que afirmou ser a assembleia única instância de decisão - afirmou que o modo como cada decisão é tomada ocorre por meio de uma votação simples onde cada cooperado manifestaria sua opinião ao levantar o braço para os pontos a serem votados. De acordo com o segundo representante, a decisão aconteceria após o coletivo chegar a um consenso.

a.2) Grau de democratização nas relações

Para a categoria de análise que se refere ao grau de democratização nas relações estabelecidas pelos cooperados, foram observados três aspectos. O primeiro trata sobre a participação do coletivo nas atividades realizadas diariamente pela diretoria. Neste aspecto, houve a concordância nas respostas obtidas, os dois representantes entrevistados afirmaram que existe a participação do coletivo nas atividades cotidianas realizadas pela diretoria, não ficando a diretoria isolada do restante do grupo.

No segundo aspecto, foi levantada a questão referente às decisões tomadas nas atividades realizadas diariamente no barracão. Segundo um dos membros representantes da diretoria, nas decisões tomadas durante as atividades exercidas no barracão, existe a participação do coletivo. Segundo o ponto de vista do outro representante entrevistado, as decisões eram feitas por determinados grupos, não envolvendo o coletivo a todo o momento.

No terceiro aspecto levantado em relação ao grau de democratização das relações entre os cooperados, foi analisado como eram realizadas as consultas e passadas as informações - referentes ao empreendimento - junto ao coletivo. As duas afirmações foram que as informações eram passadas por meio da convocação de reuniões do coletivo, não fazendo a utilização de informes por escrito ou a convocação de assembleias.

a.3) Divisão do trabalho

Para conseguirmos traçar um perfil desta categoria de análise, destacamos dois aspectos a serem analisados. No primeiro deles questionamos como seria feita a divisão das tarefas, ou seja, se cada atividade era realizada de maneira coletiva ou individualizada. Para este aspecto, chegamos a respostas divergentes. Para um dos entrevistados o trabalho era realizado a todo o momento de forma coletiva e para o outro representante, todo o trabalho era realizado de forma individual e em algumas ocasiões de forma coletiva.

Para buscarmos compreender esta divisão do trabalho, questionamos cada um dos representantes sobre a maneira como estas formas de trabalhos – individual e coletiva - foram definidas, se de forma coletiva ou individual. Novamente as resposta não se assemelharam. Para um dos representantes, a maneira como se trabalha no empreendimento, não foi uma decisão tomada pelo coletivo e sim por um determinado grupo (diretoria) sem qualquer consulta aos demais. Para o outro representante, a forma

como se trabalhava na cooperativa era uma decisão tomada por todo o grupo de sócios do empreendimento.

a.4) Solidariedade

No aspecto referente à solidariedade, pedimos para que cada um dos entrevistados respondesse se existia ou não a prática da solidariedade entre os cooperados na realização das atividades cotidianas do empreendimento. Ainda como complemento, pedimos para que cada um definisse o que entendia por solidariedade. Para um dos entrevistados, a prática da solidariedade era exercida de forma parcial, já para o outro, a prática da solidariedade era sempre exercida.

Quando chegamos a segunda etapa, um dos entrevistados nos exemplificou que ser solidário seria: *“ajudar a descarregar os materiais quando o caminhão chegasse no barracão”, não “ficando sentado” e “esperando”* que o trabalho fosse realizado pelos outros cooperados. Afirmou não haver sempre o espírito da solidariedade entre todos, e que episódios como o que foi relatado, ocorriam cotidianamente na cooperativa.

Na fala do outro representante, no trabalho na cooperativa, todos agiam *“como uma família”*, praticavam o *“companheirismo”*, pois *“passavam a maior parte do tempo juntos”*, levando uns a agirem com os outros como *“irmãos”*.

b) Aspectos da Autonomia Política

b.1) Ação pública no território

Para compreendermos com maior exatidão as atividades extra coleta desenvolvidas pelas cooperativas em suas respectivas comunidades, buscamos identificar a existência de algum tipo de participação das cooperativas de coleta seletiva em algum tipo de atividade em cada município. Segundo os representantes do *“Reciclador Solidário”* de Piracicaba, a cooperativa participa e desenvolve atividades como campanhas para a separação dos materiais recicláveis, ministram palestras em escolas e participa de eventos promovidos pela prefeitura e universidades locais em questões relacionadas a coleta seletiva de materiais recicláveis.

b.2) Gestão do Empreendimento

Com o objetivo de caracterizarmos a gestão praticada por cada empreendimento, buscamos identificar se era estabelecida a prática do diálogo e o respeito às diferenças (origem, história, características, etc) durante a realização das atividades cotidianas do barracão, da administração e da coleta. Questionados sobre este aspecto, um deles afirmou ocorrer a prática do diálogo e o respeito às diferenças, não sendo exatamente a mesma percepção do outro entrevistado, que afirmou não ser plena e sim parcialmente a realização destas práticas.

b.3) Participação/Articulação

Para analisarmos a capacidade do empreendimento em estabelecer articulações, procuramos identificar se a cooperativa fazia parte de alguma rede de articulação ou representação dos catadores de matérias recicláveis, como por exemplo, do Movimento Nacional dos Catadores. Como resultado, obtivemos a resposta de que o empreendimento não fazia parte de qualquer fórum de articulação ou representação de catadores. Um dos representantes apenas complementou afirmando que quando a cooperativa ainda possuía a parceria com a Incubadora da Universidade Metodista de Piracicaba, eles ainda frequentavam alguns encontros de catadores do estado de São Paulo.

Como tentativa de complementar este aspecto referente a capacidade do empreendimento em se articular, investigamos se ocorria algum tipo de participação ou filiação a algum movimento social, popular ou sindical. Segundo os representantes, a cooperativa não fazia parte de nenhum movimento deste tipo.

c) Aspectos da Autonomia Econômica

c.1) Formação de redes

No que se refere ao potencial da cooperativa em formar/estabelecer redes de produção, comercialização, consumo ou crédito, buscamos identificar a participação do empreendimento em algumas destas. Segundo seus representantes, a cooperativa não estabelece qualquer tipo de interação ou contato com outro empreendimento para a formação de parcerias.

No entanto, ao serem questionados qual seria a destinação final de seus produtos (no caso, resíduos recicláveis), um destes afirmou que o empreendimento realiza além

da venda dos resíduos, a troca do óleo de cozinha descartado por produtos de limpeza de uma empresa privada local. Porém a informação era de conhecimento de apenas um dos dois representantes que participaram da pesquisa.

c.2) Posse dos meios de produção

A posse dos meios de produção foi um dos aspectos relevantes da autonomia econômica analisados pela pesquisa. Buscamos identificar junto à cooperativa, quais instrumentos lhe pertenciam, quais eram arrendados, quais eram alugados, quais eram emprestados ou até mesmo cedidos por parceiros ou por outras entidades de apoio.

Segundo as informações obtidas, alguns dos instrumentos utilizados pela cooperativa são de sua posse, outros cedidos e alguns emprestados pela prefeitura local. A clareza das informações não foi obtida por ambos os participantes, o conhecimento mais detalhado foi fornecido apenas por um deles. Segundo este, todos os pertences do escritório - localizado dentro do barracão (impressora, computadores, cadeiras, móveis, etc.) - são de posse da cooperativa. O maquinário disposto dentro do barracão, como: prensa (duas), esteira (duas) e picador de papel e plástico (um de cada), são doações da prefeitura para a cooperativa, porém, sem nenhum registro entregue aos cooperados. A prefeitura local ainda é responsável pelo pagamento do aluguel da infraestrutura física (galpão), contas de água e luz e o caminhão usado pela cooperativa na coleta seletiva.

c.3) Direitos Sociais

A cooperativa “Reciclador Solidário” possui como garantias aos seus sócios benefícios como: recolhimento do INSS, provimento de férias, licença maternidade (após 10 meses de cooperativa) e fundo de reserva.

c.4) Investimentos em infraestrutura

Segundo informações obtidas na pesquisa de campo, a cooperativa não fez nenhum investimento com recursos próprios na infraestrutura do barracão nos últimos doze meses. A estrutura utilizada aparenta ser precária e possui apenas recursos mínimos para a realização do trabalho da triagem, prensagem e moagem dos materiais.

No que se refere aos maquinários e aparelhagens, de acordo com um dos representantes, a cooperativa realizou a compra de duas impressoras e manutenções constantes nas prensas do barracão com recursos próprios.



Figura 3 – Barracão da cooperativa –Reciclador Solidário” de Piracicaba
(Foto: Lucas França)

c.5) Fontes de Arrecadação do Empreendimento

Um dos aspectos importantes para a autonomia econômica dos empreendimentos está relacionada as vendas realizadas por eles. A pesquisa de campo nos mostrou um retrato desta realidade, fomos a campo com o objetivo de identificar para quem seria feita a venda dos materiais da cooperativa, quais suas fontes de arrecadação e dentre elas, qual seria a sua principal.

Segundo seus representantes, a cooperativa –Reciclador Solidário” realiza sua vendas para os atravessadores, compradores individuais e em menor escala, a venda direta para indústrias da reciclagem. Sua fonte de arrecadação vem única e exclusivamente da venda dos resíduos coletados, não possuindo a cooperativa nenhum contrato de prestação de serviços com a prefeitura local ou arrecadação vinda de algum parceiro do poder público ou da iniciativa privada.

d) Observações de Campo

Durante a realização da pesquisa de campo junto à cooperativa de catadores de materiais recicláveis –Reciclador Solidário”, o pesquisador teve a oportunidade de presenciar a rotina de trabalhos destes catadores, estabelecer conversas e participar de reuniões e outras atividades realizadas pelo grupo. A observação participante

proporcionou para a pesquisa, muitos outros aspectos que vão além das categorias de análise pré-estabelecidas. Nas conversas estabelecidas com o grupo ao longo do acompanhamento, registramos muitos pontos relevantes para a caracterização da parceria estabelecida entre o empreendimento e a prefeitura local.

Um dos aspectos obtidos em campo foi a forma como a atividade da coleta do empreendimento funcionava nas ruas do município. A coleta seletiva realizada pelo empreendimento –“Reciclador Solidário” diferencia-se dos demais sistemas de coleta de resíduos recicláveis até então observadas pelo pesquisador. O empreendimento conta atualmente com seis caminhões cedidos pela prefeitura – no caso, a Secretaria de Meio Ambiente, atual departamento responsável pela coleta seletiva do município – para a realização de suas atividades. Nestes seis caminhões utilizados pelo grupo, formam-se equipes que contam com: um motorista cedido pela prefeitura, dois cooperados na caçamba do caminhão (organizando os resíduos) e mais três garis contratados também pela prefeitura local.

Esta configuração utilizada aponta inicialmente para uma falta de gerenciamento, uma falta de autonomia pelo empreendimento de todo o processo de coleta de resíduos recicláveis realizado no município. O empreendimento não estabelece qualquer contrato de prestação de serviços junto à prefeitura local, mas obtém dela, a participação no seu trabalho. A cooperativa obtém toda sua retirada mensal por meio da venda do resíduo coletado por ela nas rotas pré-estabelecidas pela prefeitura local.

Outro aspecto também observado ao longo do acompanhamento foi à reação de –espanto/surpresa” do empreendimento ao tomar conhecimento - por meio do jornal local - de uma reportagem que anunciava o aumento da coleta seletiva do município, passando a atender a todas as regiões da cidade a partir do primeiro trimestre de 2012. O recorte de jornal (apresentado abaixo) ainda anunciava a necessidade de mais contratações pela cooperativa, o pedido de compra de mais dois caminhos pela Secretaria de Meio Ambiente do município de Piracicaba e por fim, ainda afirmava a –reciclagem” do material recolhido pela cooperativa, sendo que o empreendimento realiza somente a coleta, triagem, separação do resíduo coletado e a prensa (em alguns casos como o papel, a sua trituração) para a venda ao mercado da reciclagem.

Coleta seletiva vai atender toda a cidade

Piracicaba irá contar, no primeiro trimestre de 2012, com coleta seletiva em toda a Zona Urbana, que possui 64 bairros. Hoje, o serviço existe em 27 bairros e recolhe entre 150 e 180 toneladas de recicláveis por mês. Só a cooperativa Reciclador Solidário recicla quase 2.000 toneladas em 2010. Mas a estimativa é que 28 mil toneladas deixam de ser recolhidas pelo serviço público ao ano. A coleta seletiva é feita com seis caminhões. Dois para atender empresas e quatro para coleta residencial. Para cobrir toda a cidade, a Sedema solicitou mais dois caminhões. **A 4**

F. Rodrigues/JP

Figura 4 – Manchete publicada pelo Jornal de Piracicaba no dia 30/11/11

Cidade ^A

JORNAL DE PIRACICABA

Quarta-feira, 30 de novembro de 2011

Edição: Simone Cândido simonecandido@jjournal.com.br
Leandro Cardoso leandrocardoso@jjournal.com.br
Murilo Biagioli murilo@jjournal.com.br

RECICLÁVEIS Todos os 64 bairros de Piracicaba serão abrangidos; desperdício é de 28 mil toneladas no ano

Coleta seletiva atingirá toda a cidade até março

PATRICIA VIEITEZ
patriciae@jjournal.com.br

Piracicaba irá contar, no primeiro trimestre de 2012, com coleta seletiva em toda a Zona Urbana, que possui 64 bairros. Hoje, o serviço existe em 27 bairros e recolhe entre 150 e 180 toneladas de recicláveis por mês. Só a cooperativa Reciclador Solidário recebeu quase 2.000 toneladas em 2010. Mas a estimativa é que 28 mil toneladas deixam de ser recolhidas pelo serviço público ao ano.

A coleta seletiva é feita com seis caminhões. Dois para aten-

der empresas e quatro para coleta residencial. Para cobrir toda a cidade, a Sedema (Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente) solicitou a locação de dois novos caminhões gaiola, cuja homologação deverá ser concluída até o final de semana, e negocia com empresários para eles bancarem um caminhão próprio.

Assim, segundo o secretário da Pasta, Rogerio Vidal, continuarão dois para as empresas e sete para as casas. "Faremos também a racionalização do serviço, adequando percursos e toda a logística. Isso está praticamente pronto", conta, lembrando que pois de três meses teremos uma terção que ser contratados novos garis para efetuar o serviço.

Apesar de a coleta média atual ser de 150 a 180 toneladas por mês, Vidal explica que é complicado estimar quanto será recolhido com o serviço em toda a cidade.

"Depende muito da educação ambiental, da prática do morador separar o lixo", afirma. "Só de-

claração de hábitos e dif-

ficil, mas necessária", disse.

Será necessário encontrar mais cooperados

CAPACIDADE — Se considerar que a produção per capita de lixo é de 780 gramas e 30% são materiais potencialmente recicláveis, só neste ano a cidade poderia ter reaproveitado 23,5 toneladas das 78,4 toneladas de lixo descartado até setembro. Mas além de recolher, é preciso ter para onde destinar o montante. E esse é um dos motivos, de acordo com o secretário, que adiou a ampliação do programa municipal. "O que é coletado é pouco perto do potencial da cidade, mas é muito para o tamanho da

cooperativa", observou.

Por isso, esse é um outro ponto que passará por mudanças e adequações. Além de otimizar o trabalho já realizado pelos 42 cooperados, será necessário encontrar novos cooperados, o que não está fácil. "Com a economia aquecida, as pessoas encontram trabalho mais fácil em outros lugares."

A cooperativa Reciclador Solidário existe desde 2001. É um programa social realizado em parceria da prefeitura com ex-catadores de lixo do aterro sanitário e ex-catadores informais das ruas.

Arquivo/JP



Coleta de recicláveis percorrerá todas as casas de Piracicaba

Figura 5 – Reportagem publicada pelo Jornal de Piracicaba no dia 30/11/11

No decorrer do acompanhamento, outro aspecto levantado por um dos cooperados foi registrado pelo pesquisador no que tange a segurança da infraestrutura, a cooperativa contrata - por conta própria - 3 vigias para o barracão de acordo com as normas CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Foi relatado por um dos cooperados que a necessidade da contratação dos vigias ocorreu por motivos de segurança, a propriedade já havia sido vítima de furtos anteriormente. Cada vigia contratado pelo empreendimento chega a receber cerca de R\$1.200,00 por mês, soma que equivale a retirada de 4 cooperados de acordo com os meses de menor retirada. Este tipo de situação pode acarretar um desestímulo por parte dos outros sócios, afinal, existe uma diferença brutal em relação ao valor da retirada dos sócios do empreendimento.

A cooperativa “Reciclador Solidário”, segundo relato de um dos seus representantes, optou pela contratação de um contador, apesar de a prefeitura local ceder uma pessoa especificamente para isso sem qualquer custo para o empreendimento. Este tipo de posicionamento pode representar um posicionamento/autonomia política do empreendimento em relação ao gestor público municipal. Porém, outro fator registrado pelo pesquisador, vai de oposto ao quesito autonomia da cooperativa em relação ao gestor público local, pois está presente diariamente no escritório do empreendimento, uma funcionária (assistente social) contratada pela prefeitura. A assistente social participa de todas as decisões e planejamentos realizados pela diretoria do empreendimento, dá opiniões, participa do controle de saída e chegada dos caminhões de coleta, cobra empenho de alguns cooperados, ou seja, transparece a figura de uma grande administradora junto à diretoria do empreendimento.

O acompanhamento do empreendimento também proporcionou que o pesquisador participasse de uma reunião promovida por representantes do poder público municipal e a cooperativa de catadores, além da participação de representantes de uma empresa privada da região. O objetivo da reunião – ocorrida no mesmo dia da publicação da notícia relacionada ao aumento do alcance da coleta seletiva no município – era a discussão do atual cenário do empreendimento. A cooperativa segundo seus representantes e a assistente social (funcionária contratada pela prefeitura), passava por grandes dificuldades financeiras. Segundo relato de um de seus representantes, a retirada mensal dos cooperados registrava uma queda em relação aos anos anteriores, estando atualmente por volta dos R\$ 300,00 reais mensais, apresentando também um número reduzido de sócios, devido a alta rotatividade registrada e ao grande número de faltas registradas entre os sócios.

Portanto, tendo como tema central da reunião a situação de instabilidade do empreendimento, cada um dos representantes colocou suas observações e sugestões para a discussão entre os demais participantes. Logo de início, o representante do poder público local deu explicações quanto ao aumento do número da frota de caminhões para a coleta seletiva do município e o aumento da abrangência da coleta seletiva da cidade pela cooperativa “Reciclador Solidário”. Segundo a observação do pesquisador, a cooperativa transporecia não ter tido sequer nenhuma participação ou envolvimento no planejamento das atividades de coleta por ela exercida. O discurso entoado pelo representante municipal possuía um caráter fortemente informativo aos demais participantes e a principal interessada, a cooperativa. A todo o momento, o representante do poder público municipal se preocupava em cumprir com todas as informações declaradas ao jornal local para o ano de 2012 em relação a nova abrangência da coleta seletiva.

Para atender a nova realidade definida pelo gestor público local, o seu representante sugere a contratação de um determinado número de trabalhadores sob o regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) por pelo menos 3 meses, para que o problema levantado pelos cooperados em relação a rotatividade e ao excessivo número de faltas registrados entre os sócios, fosse solucionado. A proposta colocada pelo representante do poder público local não passou em nenhum momento pelo representante do empreendimento que participava da reunião, nem sequer sob a consulta do regimento/estatuto do empreendimento para a verificação sobre esta possibilidade vir a ser adotada. A preocupação a todo o momento por parte do representante do poder público local era com a quantidade de resíduos acumulado no terreno do empreendimento e com os futuros aumentos do volume de resíduos que seriam coletados ao longo do ano de 2012. Vale ressaltar que durante este momento da reunião, a figura de representação da diretoria do empreendimento não apresentava nenhum tipo de manifestação quanto às novas diretrizes apresentadas.

Após este primeiro momento de tentativa de um planejamento para as futuras atividades colocadas pelo poder público local para o empreendimento, foi registrada a participação do representante de uma empresa privada da região. O representante desta empresa se prontificou a colaborar com a cooperativa para que ela pudesse alcançar uma melhora de suas atividades. A colaboração oferecida viria na forma de um estudo de planejamento do empreendimento e uma reconfiguração do “layout” do barracão, que a princípio não contava com a participação dos sócios do empreendimento em

nenhumas das etapas de sua elaboração, enfim, uma evidente falta de autonomia em relação aos assuntos administrativos e organizacionais de seus sócios para com o empreendimento.

Por fim, um dos últimos aspectos da reunião registrados pelo pesquisador, foi o relato de alguns diálogos estabelecido entre o representante da empresa privada local e o poder público municipal. Preocupado com o acúmulo de resíduos no terreno do empreendimento e também em aplicar o novo projeto de “layout” do barracão, o representante da empresa privada local questiona o representante do poder público municipal: *–Se quisermos mandar alguém embora, como fazemos? Se algum cooperado faltar um número elevado de vezes ao mês, não dá para mandar embora?–*. Respondendo a pergunta do empresário local, o representante do poder público municipal responde: *–Tem o regimento interno, mas é só chamar uma assembleia e nós o modificamos–*.

1.2 Cooperativa de Catadores de São Carlos

1.2.1 Aspectos Históricos

De acordo com dados obtidos por meio do Programa Municipal de redução e controle de resíduos “Futuro Limpo”, no ano de 2001, em torno de 40 catadores sobreviviam da coleta de resíduos no aterro sanitário da cidade de São Carlos (SP). Naquele momento, a prefeitura por meio da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia, desenvolveu o programa que tinha como uma de suas metas atender à população de catadores de resíduos recicláveis que trabalhavam no aterro sanitário ao mesmo tempo em que realizaria a coleta seletiva da cidade por meio da formação de cooperativas de catadores. De acordo com Martins e Sorbille (2011):

A prefeitura municipal de São Carlos, por meio da articulação entre o programa Futuro Limpo e o Programa de Fomento a Economia Solidária, desenvolve o Programa de Coleta Seletiva, que visa a redução de resíduos recicláveis destinados ao aterro sanitário e a geração de trabalho, por meio de cooperativas de catadores que realizam a coleta, triagem, beneficiamento e comercialização desses materiais. (MARTINS E SORBILLE 2011, p. 170)

De acordo com Cliquet et al (2005), após a realização de um estudo para a implantação do projeto, o bairro Vila Nery foi eleito como bairro piloto para a implantação da coleta seletiva que viria a ser implantada no município. Uma equipe de agentes ambientais foi responsável por visitar residências do bairro e conscientizar a população da importância da separação e coleta de materiais recicláveis. Em 2005, o programa de coleta seletiva já atendia 60% da área urbana da cidade, atendendo a 80 mil moradores através das três cooperativas: Cooletiva, Coopervida e Ecoativa, com cada empreendimento atendendo a uma localidade específica do município de São Carlos. Neste mesmo ano foi formalizado um convênio entre a prefeitura e as cooperativas, onde as mesmas ficavam responsáveis pela coleta seletiva, manuseio, triagem, prensagem, recuperação e comercialização dos resíduos coletados.

Segundo Martins e Sorbille (2011), nas propostas e metas previstas no convênio assinado já em 2010, entre a prefeitura municipal de São Carlos e a então unificada cooperativa de catadores de resíduos “Coopervida” (resultado do processo de unificação das três cooperativas existentes), foram previstas uma série de garantias aos cooperados. A prefeitura estabeleceu uma determinada quantia/bonificação por uma coleta mínima de toneladas mensais, criando também uma escala progressiva de valores, na qual,

quanto mais toneladas fossem coletadas, maior seria o repasse financeiro da prefeitura para a cooperativa. O acordo ainda previa: uma retirada básica para cada cooperado, férias, INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), dentre outras garantias que estavam previstas para os anos seguintes.

A parceria realizada entre prefeitura, universidade, cooperativas e demais parceiros, como a desenvolvida atualmente na cidade de São Carlos, vem no sentido de ajudar na capacitação, aplicação, arrecadação de recursos para a implantação e no apoio para que cooperativas - como as de catadores de resíduos sólidos - se mantenham de forma sólida para o desenvolvimento desta nova filosofia de trabalho autogestionário. A ampliação deste projeto tende a gerar resultados cada vez mais positivos. As parcerias que são ou podem ser desenvolvidas, tendem a fortalecer este tipo de empreendimento ajudando na construção para alcançarmos o caminho da autogestão. Estas cooperativas são potenciais geradores de renda, trabalho e inclusão social, através de relações de trabalho mais justas. Os resíduos, que são o objeto do trabalho, tendem cada vez menos a retornar de forma agressiva ao meio ambiente, afinal grande parte do resíduo coletado segue para a reciclagem, diminuindo ainda mais os impactos gerados pelo consumo crescente de nossa população.

Processo de Unificação – Coopervida

De acordo com Zanin et al (2011), durante o processo de unificação realizado entre as três cooperativas de catadores existentes no município de São Carlos (Ecoativa, Coletiva e Coopervida) no mês de março do ano de 2010, a Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos atuou dando apoio nas reuniões com os catadores e participando das discussões que ocorreram ao longo deste processo. Esta participação foi realizada inicialmente por meio de reuniões semanais com a equipe do Departamento de Apoio a Economia Solidária (DAES) e os cooperados, e posteriormente, por meio de reuniões com três comissões de trabalho (comissão de organização do trabalho, comissão de administração da cooperativa e comissão de comercialização e parcerias), criadas para efetivar a construção coletiva do processo de formação da nova cooperativa.

Os trabalhos nas três comissões foram divididos em três fases: fase 1 – diagnóstico da situação atual das cooperativas, com o detalhamento dos pontos positivos e negativos em cada um dos temas das comissões; fase 2 – elaboração de

cenário desejável para a nova cooperativa, tendo em vista ações que minimizem pontos negativos e maximizem pontos positivos diagnosticados na fase anterior; fase 3 – elaboração de um plano de ação e cronograma de execução das ações levantadas na segunda fase.

A partir dos encontros dessas comissões foram confeccionados o regimento interno e estatuto da nova cooperativa. Quanto à infraestrutura para funcionamento das atividades da cooperativa unificada, foi realizada uma parceria com o grupo PET (Programa de Educação Tutorial) do curso de Engenharia de Produção da UFSCar para a elaboração de um layout adequado para o novo barracão.

Concluído todas estas etapas do processo de unificação das três cooperativas existentes anteriormente, a nova cooperativa se formalizou com o nome de Coopervida. A formalização desta nova cooperativa - que no momento possui o nome de uma das três já antes existentes anteriormente - ocorreu motivado pelo fato da Coopervida ser a única entre as três cooperativas que já havia sido legalizada enquanto cooperativa.

Parcerias estabelecidas

A cooperativa de catadores de resíduos recicláveis de São Carlos (Coopervida) conta atualmente com uma série de parceiros para a realização de suas atividades, entre os parceiros presentes estão: a Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos, o Departamento de Apoio a Economia Solidária (DAES), órgão vinculado a prefeitura municipal de São Carlos, a UNISOL e a Coordenadoria do Meio Ambiente da prefeitura municipal de São Carlos.

- **INCOOP/UFSCar**

A Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (INCOOP/UFSCar)⁷ é um programa de Extensão Universitária que atua junto às comunidades urbanas e rurais mediante a incubação de cooperativas populares e de outras iniciativas econômicas solidárias, aliando intervenção, produção de conhecimento e formação de estudantes e de profissionais. A INCOOP desde 1998 realiza suas atividades por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, em temas relacionados à temática da Economia Solidária, dentre as quais se destacam os

⁷ Atualmente a Incoop/UFSCar assumiu a condição de Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária – NuMI-EcoSol UFSCar. Mais informações podem ser obtidas em: <http://www.incoop.ufscar.br/>

que se referem a processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários, em várias atividades econômicas e diversas localidades:

A Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP) da UFSCar vem desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo do trabalho associado como forma de geração de renda e promoção de cidadania para segmentos historicamente excluídos da população desde 1998. Neste período, deu apoio para a constituição de empreendimentos solidários em diferentes cadeias produtivas, como limpeza, alimentação, costura e artesanato, resíduos, marcenaria, horta orgânica, derivados da cana orgânica, etc. situados em diferentes municípios do estado de São Paulo, como São Carlos, Matão, Catanduva, Jaboticabal, Ribeirão Preto, Rio Claro, Itapeva e Araras, e com diferentes tipos de parceiros, órgão públicos, setor privado, sindicato, etc. Envolveu, neste trabalho, docentes universitários de diferentes áreas do conhecimento, profissionais de nível superior de diferentes campos de atuação profissional, estudantes de graduação de diferentes cursos e de pós-graduação ligados a diferentes programas. (CORTEGOSO, FERRAZ, SHIMBO, LUCAS, 2010: 205)

- **Coordenadoria do Meio Ambiente de São Carlos**

De acordo com o contrato de prestação de serviços assinado entre a prefeitura municipal de São Carlos e a Coopervida, a Coordenadoria do Meio Ambiente procura auxiliar a Coopervida no que diz respeito ao cumprimento do contrato de prestação de serviços estabelecido junto à prefeitura local. A coordenadoria tem, portanto, o papel de fiscalizadora junto ao empreendimento, que se materializa na aplicação se necessário de advertências, multas, rescisão e quebra do contrato. Por estes fatores a manutenção do barracão (limpeza, arrumação...) são muito importantes. O parceiro tem também o papel de divulgar, conversar com a população, promover palestras e realizar pagamentos referentes aos acordos existentes no contrato de prestação de serviços.

- **Departamento de Apoio a Economia Solidária - DAES**

O Departamento de Apoio a Economia Solidária (DAES), órgão vinculado a prefeitura municipal de São Carlos, atua desde o ano de 2001 na tentativa de reduzir o isolamento e a vulnerabilidade dos trabalhadores desempregados, autônomos, micro e pequenos empreendedores, através do estímulo à cooperação e ao intercâmbio,

aumentando assim a probabilidade de êxito destes trabalhadores em comparação a sua atuação isolada, segundo Zanin et al (2011). O DAES tem em como objetivo:

fomentar e fortalecer a cultura e as estratégias da economia solidária, vendo nesta uma nova forma de organização, produção e relacionamento social, mais justa, equitativa, democrática e com forte conteúdo emancipatório nas dimensões social, cultural, política e econômica (São Carlos, 2010).

Ainda segundo Zanin et al (2011), os eixos norteadores do programa de fomento à economia solidária do município de São Carlos, o DAES desenvolve suas ações de fomento às atividades produtivas de geração de trabalho e renda por meio de quatro eixos, são estes: 1. Busca e disponibilização de recursos (humanos, físicos, institucionais, financeiros etc.), públicos e privados, para apoio e a organização de EES; 2. Institucionalização da política pública de fomento da Economia Solidária; 3. Integração com outras Políticas Públicas implementadas no Município; 4. Estímulo à organização social e política dos EES. Através destes eixos o departamento realiza um trabalho de assessoria junto aos cooperados passando desde a parte administrativa, financeira, contábil, produção e comercialização do empreendimento até a integração entre os parceiros e o empreendimento.

- **União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária do Brasil – UNISOL**

De acordo com o estatuto social da UNISOL Brasil⁸ (União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária do Brasil) esta se define como uma associação civil sem fins lucrativos com o objetivo de defender os interesses reais das classes trabalhadoras visando a melhoria das condições de vida e de trabalho das pessoas. Tem como objetivo promover o desenvolvimento da economia solidária, fortalecer os princípios do cooperativismo e da economia solidária, estabelecer o debate quanto às necessidades de modificações nas legislações referentes à economia solidária e ao cooperativismo e dar representação política aos empreendimentos e às cooperativas como agentes de influência efetiva.

⁸ Maiores informacoes podem ser obtidas em: <http://www.unisolbrasil.org.br/>

Em sua atuação junto à Coopervida procura auxiliá-la na busca por novos projetos e parcerias, auxiliar no fortalecimento do conselho administrativo, fiscal e na criação do comitê de ética existente atualmente no empreendimento.

1.2.2 Categorias de análise e discussão dos dados

Atualmente a cooperativa –Coopervida” está localizada em um galpão no bairro Parque São José. A cooperativa conta atualmente com 58 cooperados, dentre eles 24 homens e 34 mulheres. Para a ida a campo foi realizado um contato prévio com os representantes do empreendimento. Foi definido previamente e acordado com a cooperativa, que o pesquisador acompanharia as rotinas administrativas (escritório) e as atividades de separação, triagem, prensagem e demais atividades exercidas dentro do barracão.



Figura 6– Cooperativa de catadores –Coopervida” de São Carlos (Foto: Lucas França)

a) Aspectos da Autonomia Social

a.1) Instâncias de decisão

A cooperativa –Coopervida”, segundo as informações obtidas junto a sua diretoria (três cooperados compõem a diretoria), tem como instâncias de decisão as Assembleias realizadas mensalmente pela cooperativa e a Diretoria. Foi colocado por um dos membros componentes da diretoria, a tentativa de utilização de comissões, que segundo o próprio membro, não foi adiante.

No que se refere ao modo como a decisão é tomada dentro de cada instância, a cooperativa, segundo seus representantes, adota a votação nas assembleias nas horas das decisões. Ainda segundo um dos representantes, a tentativa por consenso existe, mas –Quando eles percebem os cooperados não expressando a opinião, eles partem para o voto” Já nas decisões tomadas pela diretoria, entre seus representantes apenas, a metodologia adotada é o consenso.

a.2) Grau de democratização nas relações

O primeiro, dentre os três aspectos analisados referentes ao grau de democratização trata sobre a participação do coletivo nas atividades realizadas diariamente pela diretoria. Neste aspecto, todos os representantes entrevistados afirmaram existir parcialmente a participação do coletivo nas atividades cotidianas realizadas pela diretoria. Foi afirmado pelo grupo, que alguns assuntos cotidianos e decisões classificadas como mais urgentes, são deliberadas apenas pelos membros da diretoria.

No segundo aspecto, foi levantada a questão referente às decisões tomadas nas atividades realizadas diariamente no barracão. Segundo todos os membros representantes da diretoria da cooperativa, nas decisões tomadas durante as atividades exercidas no barracão, existe a participação do coletivo.

No terceiro aspecto levantado em relação ao grau de democratização das relações entre os cooperados, foi analisado como eram realizadas as consultas e passadas as informações - referentes ao empreendimento - junto ao coletivo. Segundo seus representantes, a cooperativa adota como meio para este tipo de procedimento as assembleias e a realização de reuniões quando necessário. Ainda segundo um de seus membros representante, a cooperativa utiliza - quando necessário – de informes por escrito.

a.3) Divisão do trabalho

Dentre os dois perfis a serem analisados, no primeiro deles questionamos como seria feita a divisão das tarefas, ou seja, se cada atividade era realizada de maneira coletiva ou individualizada. Para este aspecto, obtivemos novamente um consenso entre o grupo. Para todos os envolvidos na pesquisa, o trabalho era realizado de forma coletiva, com apenas alguns momentos de trabalho individualizado.

Questionamos ainda como cada um dos representantes sobre a maneira como estas formas de trabalhos – individual e coletiva - foram definidas, se de forma coletiva ou individual. Para todos os membros da diretoria, a forma como se trabalhava na cooperativa era uma decisão tomada por todo o grupo de sócios do empreendimento.

a.4) Solidariedade

Como dito anteriormente, pedimos para que cada um dos entrevistados respondesse se existia ou não a prática da solidariedade entre os cooperados na realização das atividades cotidianas do empreendimento. Ainda como complemento, solicitamos que cada um definisse o que entendia por solidariedade. Dentre os representantes ouvidos, apenas um afirmou existir plenamente a solidariedade entre os sócios do empreendimento, os demais afirmaram não existir plenamente a prática da solidariedade e sim parcialmente.

Na segunda etapa da pergunta, foi solicitado para que cada um deles definisse com suas próprias palavras o que entendiam a respeito da palavra solidariedade. Os exemplos obtidos para o significado da palavra solidariedade foram em sua totalidade relacionados as atividades do trabalho na cooperativa. Os representantes definiram como solidariedade ~~as~~ “as pessoas trabalharem juntas, sem individualismo”, ~~quando~~ “quando alguém esta em dificuldade e chama o outro ou pede ajuda, as pessoas ajudam”, ~~um~~ “ajudando o outro” e um exemplo de uma história que teria acontecido, onde um dos sócios passava por dificuldades financeiras: ~~teve~~ “teve um funcionário que estava passando por uma dificuldade, eu senti no meu coração e juntei o pessoal e a gente foi e não ajudou com dinheiro, a gente foi lá e fez uma compra grande para ele”.

b) Aspectos da Autonomia Política

b.1) Ação pública no território

A participação da cooperativa de catadores em atividades que diferem das etapas de coleta seletiva, separação e comercialização, junto ao município de São Carlos, passa por uma gama de atividades. A cooperativa participa e desenvolve atividades como campanhas para a separação de recicláveis junto com a prefeitura local, participam de palestras em escolas e constantemente estão envolvidos em eventos promovidos pela prefeitura como feiras, exposições e eventos que se referem à prática da economia solidária.

b.2) Gestão do Empreendimento

Nos aspectos relacionados à gestão praticada pelo empreendimento, a prática do diálogo e o respeito às diferenças (origem, história, características, etc.) durante a realização das atividades cotidianas do barracão, da administração e da coleta não foi colocada por todos os participantes como uma atividade desenvolvida em sua plenitude. Um dos participantes, afirmou ser parcialmente exercida a prática do diálogo e do respeito às diferenças, diferentemente dos demais que afirmaram existir em sua plenitude este tipo de prática.

b.3) Participação/Articulação

Como perfil do empreendimento para esta categoria de análise, obtivemos a resposta de que a cooperativa não fazia parte de qualquer fórum de articulação ou representação de catadores. A título de complementação, um dos membros participantes da pesquisa afirmou que a cooperativa participa de alguns encontros e discussões referentes à coleta seletiva e encontros promovidos por universidades (incubadoras), mas mesmo assim não faz parte oficialmente de nenhum destes como membro filiado.

No que se refere a participação ou filiação a algum movimento social, popular ou sindical, segundo seus representantes, a cooperativa não faz parte de nenhum movimento deste gênero.

c) Aspectos da Autonomia Econômica

c.1) Formação de redes

No que se refere ao potencial da cooperativa em formar/estabelecer redes de produção, comercialização, consumo ou crédito, segundo seus representantes, a cooperativa não estabelece este tipo de parceria com nenhum outro empreendimento. Toda a comercialização de seus produtos, todas as suas compras e demais atividades relacionadas, são exercidas por conta própria do empreendimento.

Em relação a destinação final de seus produtos (resíduos recicláveis separados por categoria), o empreendimento realiza além da venda dos resíduos, a troca do óleo de cozinha descartado e galões vazios de amaciante por produtos de limpeza com um empreendimento de economia solidária do município de São Carlos que produz sabão e que se utilizam das embalagens para venderem seus produtos e do óleo para a fabricação do mesmo.

c.2) Posse dos meios de produção

Participando de um cenário de luta pela conquista de sua autonomia, a posse dos meios de produção (máquinas, galpões, caminhões, terreno, etc.) se apresenta como um passo fundamental para tal objetivo, sendo um dos princípios relacionados à economia solidária e conseqüentemente para a conquista da autogestão nos empreendimentos.

Segundo as informações obtidas junto à cooperativa, todos os instrumentos utilizados pelo empreendimento são cedidos pela prefeitura do município de São Carlos. Todo o maquinário disposto dentro do barracão, como: prensas, mesas, picador de papel, unidade de beneficiamento de plástico, caminhões, entre outros, são cedidos prefeitura local para uso da cooperativa, segundo seus representantes. A prefeitura local ainda é responsável pelo pagamento do aluguel do terreno (galpão), contas de água e luz. De acordo com o grupo pesquisado, o único bem de propriedade da cooperativa são os computadores.

c.3) Garantias Trabalhistas

A “Coopervida” possui como garantias aos seus sócios benefícios como: recolhimento do INSS, provimento de férias, gratificação (uma bonificação mensal a parte da retirada de cada cooperado), cota parte e fundo de reserva.

c.4) Investimentos em infraestrutura

Segundo informações obtidas na pesquisa de campo, a cooperativa não fez nenhum investimento com recursos próprios na infraestrutura do barracão nos últimos doze meses.

No que se refere aos maquinários e aparelhagens, de acordo com um dos representantes, a cooperativa apenas realiza manutenções constantes nas prensas, calhas e portas do barracão com recursos próprios.



Figura 7– Parte interna do barracão da Coopervida (Foto: Lucas França)

c.5) Fontes de Arrecadação do Empreendimento

Um dos aspectos importantes para a autonomia econômica dos empreendimentos está relacionada às vendas realizadas por eles. A pesquisa de campo nos mostrou um retrato desta realidade, fomos a campo com o objetivo de identificar para quem seria feita a venda dos produtos da cooperativa, quais suas fontes de arrecadação e dentre elas, qual seria a sua principal.

Segundo seus representantes, a cooperativa “Coopervida” realiza suas vendas para: atravessadores, compradores individuais e em menor escala, a venda direta para indústrias da reciclagem. Sua fonte de arrecadação vem da venda dos resíduos e do contrato de prestação de serviços com a prefeitura local. A cooperativa ainda possui um

diferencial em relação a outras cooperativas de catadores, pois participam constantemente de editais públicos referentes ao incentivo/fomento as cooperativas de catadores. Recentemente a cooperativa foi contemplada com editais da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e Banco do Brasil/Petrobrás, para investimento em infraestrutura utilizado para o trabalho da coleta.

d) Observações de Campo

A estratégia de acompanhamento do empreendimento e o trabalho desenvolvido junto à Incoop/UFSCar permitiram ao pesquisador analisar aspectos relevantes do empreendimento em relação à sua articulação com o gestor público local. A presença durante o trabalho de campo contribuiu para que o pesquisador acompanhasse relatos e momentos do cotidiano do trabalho desenvolvido na Coopervida. Pretendemos nesta etapa da pesquisa, relatar algumas situações de pesquisa presenciadas na elaboração do trabalho de campo as quais nos permitem identificar aspectos que contribuem para a análise qualitativa das categorias propostas.

Como primeiro aspecto relevante deste acompanhamento, podemos destacar o furto da fiação que liga a energia elétrica da via pública até o barracão onde se encontra a cooperativa. A incidência deste tipo de furto não foi um episódio isolado nem tão pouco inédito. A cooperativa ao longo dos quase dois anos instalada neste novo barracão passou por um total de cinco furtos de fiações e cabos de energia. Um dos principais furtos e de maiores consequências orçamentárias, foi o furto do cabeamento da unidade de beneficiamento de plástico instalada no barracão. Este episódio se repetiu por duas vezes e totalizou um custo de mais de um mil reais custeado pelo empreendimento. A repetição deste tipo de episódio não provocou nos sócios do empreendimento qualquer tipo de reação, mostrando uma falta de apropriação e pertencimento do espaço de trabalho.

Em relação a unidade de beneficiamento de plástico, a aparelhagem instalada está na posse da cooperativa há mais de dois anos e foi ligada apenas em algumas oportunidades, não tendo sido realizada nenhuma venda significativa, sendo ligada apenas para testes e obtenção de amostras para a busca de clientes. Atualmente, a máquina se encontra inutilizada e sua área coberta por ~~bags~~⁹ de resíduos recicláveis.

⁹ Bolsas grandes utilizadas para o recolhimento e armazenamento do material reciclável coletado.

Desde sua instalação, a cooperativa e seus sócios, mesmo com toda a capacitação oferecida pela empresa fornecedora do equipamento e também pela Incoop/UFSCar, não se apoderaram deste instrumento que pode agregar valor ao plástico coletado e aumentar a retirada e o orçamento da cooperativa.

Um dos diferenciais da cooperativa de São Carlos é a sua participação constante em editais públicos que contemplem cooperativas de catadores. A Coopervida teve aprovado seu projeto apresentado no processo de seleção no edital do chamamento público realizado pela Funasa (Fundação Nacional de Saúde). De acordo com o edital, a Funasa destinaria cerca de R\$ 24,2 milhões para projetos de reciclagem de matérias desenvolvidos por associações ou cooperativas de catadores em todo o Brasil, sendo que cada projeto selecionado receberia, no máximo, R\$ 200 mil. O projeto encaminhado foi elaborado pela Coopervida e seus parceiros: Prefeitura de São Carlos, Coordenadoria de Meio Ambiente, Incoop/UFSCar e a Central de Empreendimentos Solidários do Brasil (Unisol/Brasil). Porém, uma das reclamações apresentadas pela cooperativa é a não participação dela na definição dos fornecedores dos equipamentos e na escolha dos melhores modelos de acordo com a necessidade do grupo. A cooperativa alega que: *–eles (prefeitura de São Carlos) estão fazendo tudo e não fazem nada com a gente!*”. A reclamação em relação ao poder público local foi uma constante durante o acompanhamento do grupo: *–Eles acabam atrapalhando a gente, eles não perguntam o que a gente realmente quer!*”. Um posicionamento que demonstra uma insatisfação de seus membros em relação à falta de autonomia e do poder de decisão em relação a escolha de seus equipamentos de trabalho.

Outro aspecto relevante durante o acompanhamento foi quanto ao afastamento de um dos sócios por parte de um dos representantes da diretoria no decorrer de um dos dias de trabalho. Um dos membros da diretoria tomou uma atitude individualizada e pediu que um dos cooperados parasse de trabalhar e se desligasse da cooperativa. A atitude não passou por nenhuma consulta prévia ao grupo, desrespeitando o regimento e o estatuto do empreendimento. Somente após ter pedido o desligamento da cooperada, o representante da diretoria comunicou o fato ao restante do grupo.

A quebra de alguns dos princípios relacionados ao cooperativismo e o respeito ao estatuto do empreendimento foram presenciados durante o acompanhamento do grupo. No dia do pagamento do vale (bonificação em dinheiro entregue todo dia 20 de

cada mês aos cooperados), o pesquisador pode registrar a cobrança por parte de um vendedor de aparelhos eletrônicos (não cooperado) à diretoria do empreendimento, para que descontasse a dívida que um dos cooperados tinha obtido com o vendedor, direto de seu pagamento. O vendedor alegava que este era um acordo já existente com a antiga diretoria. A atual representação do empreendimento alegou que não poderia dar continuidade a tal acordo, pois o mesmo fazia com que alguns cooperados recebessem menos de R\$200 reais ao mês por conta dos descontos.

A admissão de novos sócios foi um dos pontos que puderam ser presenciados pelo pesquisador. Durante sua presença em campo, o pesquisador teve a oportunidade de observar um processo de admissão de novos cooperados. O processo era realizado por apenas um dos membros da diretoria. O restante do grupo sequer tomou conhecimento dos novos sócios que estavam sendo selecionados. Durante a entrevista de cada candidato, podemos observar que nenhuma explicação referente ao modelo de trabalho cooperado foi ressaltada. A representante da cooperativa apenas indagava aos candidatos sobre o conhecimento da atividade de coleta e os questionava se suportariam o trabalho considerado pesado. Após alguns poucos minutos de entrevista, a representante pedia que os candidatos retornassem no dia seguinte e comesçassem o trabalho. Não foi feita a leitura ou entregue nenhuma cópia do regimento interno e do estatuto da cooperativa.

Por fim, destacamos a falta de apropriação de alguns cooperados em relação as participações que alguns deles tiveram no planejamento de uma possível rede de vendas de papelão. A criação da rede é uma articulação entre a própria cooperativa –Coopervida” e outras cooperativas da região. Contando com o auxílio da Incoop/UFSCar, as cooperativas já realizaram duas reuniões presenciais para a tentativa de se formar um grupo articulado para a realização da venda coletiva do papelão para as indústrias da reciclagem, ganhando assim maior poder de negociação sobre o preço final do produto e ajudando no fortalecimento do grupo. Porém, em nenhuma etapa da pesquisa este ponto foi levantado, podendo assim refletir uma falta de apropriação por parte do grupo.

PARTE III – ANÁLISE GERAL E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos resultados foi realizada em três etapas. Na primeira etapa trataremos dos pontos referentes à Autonomia Social dos empreendimentos acompanhados. A segunda etapa será composta pela análise das informações referentes à Autonomia Política. Por fim, como terceira etapa, analisaremos os dados referentes à Autonomia Econômica dos dois empreendimentos acompanhados.

1. Autonomia Social

Um dos objetivos pretendidos ao longo da identificação dos aspectos relacionados a autonomia social dos empreendimentos era de apreender as rotinas e os processos de tomada de decisões no espaço administrativo (escritório) e também junto às atividades realizadas na parte interna do barracão nos empreendimentos. A finalidade desta atividade era a identificação do grau de democratização das relações e o nível de participação dos associados junto ao grupo e a comunidade.

Na avaliação dos resultados obtidos no acompanhamento realizado junto aos empreendimentos, obtivemos resultados nos quais, em muitos casos, as respostas entre membros do próprio empreendimento eram divergentes. Em relação a categoria de análise “Instâncias de decisão”, as respostas obtidas com os participantes da cooperativa “Reciclador Solidário” (Piracicaba) não se assemelharam. As divergências apontadas pelo empreendimento em relação a esta categoria foram relevantes, demonstraram um não conhecimento do processo de tomada de decisões da cooperativa pela sua direção. Em outra análise, podemos também interpretar de maneira diferente. Neste caso, podemos entender que não existe nenhum modelo ou metodologia para as tomadas de decisões pelo grupo e que também, parece não existir nada especificado no regimento da cooperativa, ou se existe, ele pode não estar sendo cumprido.

Na categoria “Grau de democratização nas relações”, mais uma vez a cooperativa “Reciclador Solidário” apontou divergências entre seus representantes, assim como nas categorias “Divisão do trabalho” e “Solidariedade”. A cooperativa “Coopervida” (São Carlos) apresentou divergências apenas em relação ao aspecto “Solidariedade”. Todos estes aspectos analisados nos levam a traçar um perfil dos empreendimentos em relação a sua autonomia social. De acordo com o referencial

teórico utilizado, este aspecto aborda “o nível de coesão social existente no ambiente de relações entre as pessoas envolvidas com a experiência” (FILHO e JUNIOR 2007, pag.8). Segundo as declarações obtidas, alguns aspectos analisados não apresentaram um grau de coesão em sua plenitude. Das quatro categorias trabalhadas, em apenas uma a cooperativa localizada no município de Piracicaba mostrou semelhança entre os resultados.

A cooperativa de Piracicaba revelou pelas respostas de seus representantes, não ser um ambiente de trabalho onde as atitudes e decisões são tomadas de maneira coletiva, podendo esta característica ser confirmada com a afirmação de um dos seus representantes em relação a prática da solidariedade entre o grupo, afirmando este, existir a realização da prática da solidariedade apenas de forma parcial.

Para se alcançar “uma sociedade sem grandes abismos/diferenças”, “de modo a reduzir as disparidades entre as camadas mais desfavorecidas e as que concentram a maior parte das riquezas”, de acordo com Sachs (2002), entendemos que precisamos estabelecer este tipo de igualdade dentro de cada grupo ou classe em primeiro lugar. A monopolização da informação, o não conhecimento do todo e a não igualdade de oportunidade de aprendizado para todos, pode se assemelhar a resultados como os obtidos junto a cooperativa do município de Piracicaba.

2. Autonomia Política

Como caminho para caracterizarmos a existência ou não da autonomia política de cada cooperativa, buscamos a identificação de três categorias de análise: “Ação pública no território”, “Gestão do empreendimento” e “Participação/Articulação”. Cada uma destas categorias teria por objetivo identificar respectivamente: o nível e a forma de participação dos cooperados na discussão de problemas comuns relativos ao cotidiano da vida no próprio lugar; o grau de democratização das relações e o nível de participação das pessoas, se durante a realização das atividades é estabelecida a prática do diálogo e no respeito às diferenças (sejam elas de qualquer ordem) entre os mesmos ou se as relações entre eles são baseadas nas relações de poder hierarquizadas tradicionais ao modelo capitalista de produção e por último, o grau de articulação política do empreendimento

Em relação à “Ação pública no território”, as duas cooperativas indicaram possuir iniciativas de participação em palestras promovidas pelos gestores públicos municipais, universidades e escolas locais na temática dos resíduos sólidos e da coleta seletiva. Este tipo de iniciativa revela “capacidade da experiência em fomentar um modo de ação pública no território, o que afeta diretamente o nível e a forma de participação das pessoas na discussão de problemas comuns relativos ao cotidiano da vida no próprio lugar” França Filho e Santana Junior (2007). A divulgação do trabalho realizado pelos empreendimentos junto à comunidade colabora tanto na realização do trabalho de coleta, quanto na construção de uma conscientização em relação à preservação do meio ambiente e reaproveitamento/reciclagem dos resíduos descartados.

Quanto à “Gestão do empreendimento”, a análise deste aspecto pode revelar o: “grau de autonomia dos grupos locais no processo de gestão da experiência. Neste aspecto deve-se considerar ainda o grau de democratização das relações e o nível de participação das pessoas”. Nos dois casos, a prática do diálogo e o respeito às diferenças (história de vida e origem de cada um) não foram colocados como aspectos praticados totalitariamente pelos cooperados. Em cada uma das cooperativas, um de seus representantes abordou que estas práticas são estabelecidas de forma parcial, existindo em alguns casos a falta de diálogo entre seus sócios e a não preocupação com as origens e históricos de vida de cada um deles.

A respeito da “Participação/Articulação”, alguns referenciais teóricos apontam sobre a importância do estabelecimento de parcerias com outros empreendimentos, associação com movimentos sociais, como o Movimento Nacional dos catadores, participação em fóruns de discussão, entre outros. Uma articulação que proporcione a criação de mecanismos que “incrementem a participação da sociedade nas tomadas de decisões, fazendo reconhecer e respeitar os direitos de todos, superando as práticas e políticas de exclusão e permitindo o desenvolvimento da cidadania ativa” (SILVA 2000).

Segundo França Filho e Santana Junior (2007), o conjunto das três categorias analisadas “Ação pública no território”, “Gestão do empreendimento” e “Participação/Articulação”:

(...) sinaliza a importância do caráter sócio-político como critério de relevância devendo permear a experiência. O primeiro aspecto salienta o nível de aprendizado de uma cultura política democrática orientando os processos decisórios internos. Os dois últimos aspectos, em especial, além de apontar

inovações na esfera da cultura política local, informam ainda sobre a capacidade da experiência em promover transformações no plano mais institucional da vida no território. (FRANÇA FILHO e SANTANA JÚNIOR 2007, p.8)

Ainda segundo o autor, todas estas atitudes têm como objetivo, proporcionar um nível de articulação da experiência, tanto no sentido de inserir-se em redes no âmbito da própria sociedade civil, quanto no que diz respeito a sua capacidade de estabelecer pactos ou interações com poderes públicos, preservando sua autonomia”. Porém, nos empreendimentos pesquisados, este nível de articulação ainda não existe. Não foi declarado por nenhuma das cooperativas, a participação em qualquer fórum de articulação, redes de representação, movimentos sociais ou sindicais, ou seja, nenhum tipo de articulação política. Apenas um dos membros da cooperativa de São Carlos afirmou que um de seus representantes participava de alguns encontros e discussões referentes à coleta seletiva e encontros promovidos por universidades (incubadoras), mas mesmo assim não fazia parte oficialmente de nenhum destes como membro filiado.

3. Autonomia Econômica

Nesta etapa da pesquisa fizemos a utilização de cinco diferentes categorias de análise: “Formação de redes”, “Posse dos meios de produção”, “Garantias trabalhistas”, “Investimentos em infraestrutura” e “Fontes de arrecadação do empreendimento”. A utilização destas categorias de análise buscava identificar se os empreendimentos estabeleciam intercâmbios de produtos e serviços não monetarizados com outros empreendimentos e associações, diferentes formas de finanças e a formação de redes de compra e comercialização. Buscamos também identificar quais seriam as garantias trabalhistas de cada cooperativa, quais teriam sido os investimentos na infraestrutura de cada empreendimento, além da verificação em relação a posse dos meios de produção.

Na categoria de análise “Formação de redes”, os empreendimentos pesquisados afirmaram não participarem de nenhuma rede de produção, comercialização, consumo ou crédito. A duas cooperativas afirmaram apenas possuir uma rede de trocas com empresas de produtos de limpeza, porém, esta informação não era de conhecimento de todos os representantes entrevistados. Segundo França Filho e Santana Junior (2007), o potencial do empreendimento em se articular economicamente está na:

(...) capacidade da experiência em articular nas suas ações diferentes lógicas econômicas entre relações mercantis, não mercantis e não monetárias. Ou seja, para além da capacidade da experiência em gerar transações de natureza mercantil, importa observar se a experiência consegue preservar e estimular no território outros circuitos de relações econômicas, como por exemplo: produção para auto-consumo, intercâmbios de produtos e serviços não monetarizados, mecanismos de subsidiariedade para produção e consumo nas relações com os poderes públicos (transferências governamentais, isenções tributárias ou outras formas de subsídio), utilização coletiva de recursos (equipamentos, propriedades etc.) e diferentes formas de finanças solidárias, entre outras. (FRANÇA FILHO e SANTANA JÚNIOR 2007, p.7)

O desenvolvimento de redes de articulação de empreendimentos pode proporcionar/significar um não retorno ao meio ambiente de determinados resíduos, como no caso das trocas praticadas entre os empreendimentos pesquisados. A cooperativa localizada no município de São Carlos pratica uma rede de trocas com outra cooperativa do ramo dos produtos de limpeza. A “Coopervida” entrega suas embalagens vazias de amaciantes e restos de óleo de cozinha e recebe em troca, produtos de limpeza desenvolvidos pela cooperativa parceira, que desenvolve uma parte de seus produtos com a reutilização dos óleos de cozinha obtidos na troca e com a reutilização das embalagens de amaciantes vazias, para a realização da venda de seus produtos. No caso da cooperativa “Reciclador Solidário”, a troca do óleo de cozinha utilizado acontece com uma empresa privada do ramo de limpeza do município de Piracicaba, também pela troca por produtos de limpeza. De acordo com Silva (2000), a sustentabilidade econômica poderia estar relacionada a capacidade de distribuição de suas riquezas e de sua renda, “associada a uma redução das externalidades socioambientais”. Segundo Gutierrez (2011), apenas 1% dos empreendimentos econômicos solidários de catadores do estado de São Paulo realizam a troca ou venda de produtos entre si, um quadro que se reflete neste aspecto da pesquisa.

A “Posse dos meios de produção” não era obtida de maneira total pelas cooperativas pesquisadas, segundo seus representantes. Nos dois empreendimentos, o cenário apresentado não se apresenta favorável aos empreendimentos. As cooperativas realizam suas funções com praticamente todos os seus instrumentos de trabalhos sendo cedidos pelas prefeituras locais, com poucos objetos de trabalho no nome e como patrimônio de cada cooperativa. De acordo com Gutierrez (2011), apenas 3% dos EES

de catadores do estado de São Paulo possuem sede própria, enquanto a grande maioria 79%, são cedidas ou emprestadas.

Na categoria de análise “Garantias trabalhistas”, podemos identificar cenários semelhantes entre os dois empreendimentos pesquisados. Nas duas cooperativas, todos os sócios tinham realizadas pela direção de cada empreendimento o pagamento de suas contribuições para o INSS, férias remuneradas e ambas as cooperativas possuíam fundo de reserva. Todos estes itens eram de conhecimento por parte de todos os participantes da pesquisa.

Na tentativa de identificar o grau de autonomia econômica do empreendimento, trabalhamos também com a categoria de análise classificada como “Investimentos em infraestrutura”. Por meio de perguntas a respeito do investimento que cada cooperativa teria realizado em suas dependências, procuramos identificar uma possível melhoria em aparelhagem e em infraestrutura por parte das próprias cooperativas ou por agentes externos. Segundo respostas obtidas, apenas a cooperativa de Piracicaba realizou investimentos, a cooperativa, segundo apenas um de seus representantes, adquiriu aparelhos para a melhoria do escritório com recursos próprios.

No que se refere à categoria “Fontes de arrecadação do empreendimento”, a cooperativa de São Carlos apresenta um diferencial. Dentre as duas cooperativas, somente a “Coopervida” obtêm seus recursos por meio de mais de uma fonte. A cooperativa possui um contrato estabelecido com a prefeitura municipal de São Carlos, além da retirada por meio da venda de seus materiais. A cooperativa “Reciclador Solidário” permanece apenas com uma fonte de recursos, o que pode demonstrar uma fragilidade do empreendimento perante a uma instabilidade do mercado.

PARTE IV – CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Conclusões e considerações finais

O cenário/resultado de pesquisa ao qual alcançamos, aponta para algumas reflexões em relação à utilização dos princípios relacionados à Economia Solidária e a utilização de tecnologias para a inclusão social no decorrer do desenvolvimento das parcerias entre os gestores públicos municipais e as cooperativas pesquisadas. A demanda inicial de cada prefeitura (São Carlos e Piracicaba) era a retirada da população de catadores de seus respectivos aterros sanitários/lixões por determinação de ordens judiciais. Devido ao grande número de catadores em cada uma destas localidades, ocasionou-se um problema para cada prefeitura em relação a que perspectiva de vida proporcionar a esta parcela da população que teria o seu meio de sustento cessado. Cada uma das prefeituras adotou medidas/caminhos semelhantes com a criação de empreendimentos coletivos como forma de incluir a população de catadores que até então exercia suas funções nos aterros/lixões de cada município.

No caso específico da prefeitura municipal de São Carlos, o projeto de criação deste empreendimento de catadores ainda acabou por ser vinculado ao Departamento de Apoio a Economia Solidária, atrelando ainda mais a ideia do trabalho coletivo, ao trabalho autogestionário, enfim, aos principais conceitos relacionados à Economia Solidária. O acompanhamento das atividades de cada empreendimento (mais próximo a cooperativa de catadores de São Carlos, devido a participação pessoal na Incoop/UFSCar) proporcionou a pesquisa revelar certo grau de desarmonia entre o que seria o modelo/objetivo proposto por cada um dos gestores municipais e o cenário que tivemos a oportunidade de caracterizar neste estudo.

Em relação à utilização de tecnologias para a inclusão social - destes catadores que até então realizavam o trabalho da catação de forma individual - podemos concluir que o desenvolvimento das parcerias, nos dois casos, e em maior grau no caso piracicabano, não foi ao encontro aos principais aspectos relacionados ao uso deste conceito. Uma das principais reclamações/ponderações colocadas pelos grupos de catadores pesquisados foi a falta do diálogo entre seus parceiros e o empreendimento no decorrer das parcerias. Como coloca Maciel e Fernandes (2011), é de suma importância a prática do diálogo entre diferentes grupos que participam do processo de construção

destas tecnologias que tem por objetivo a inclusão social. O diálogo e a participação/acessibilidade na construção destas parcerias irão proporcionar a –apropriação das tecnologias, a difusão e a ação educativa, a construção da cidadania e de processos democráticos, entre outros, que são sustentados por valores de justiça social, democracia e direitos humanos”. (MACIEL e FERNADES 2011, p. 150)

De acordo com Thomas (2009), a participação dos principais envolvidos - neste caso, os catadores - não pode acontecer de forma complementar, necessita do envolvimento destes atores em todas as etapas da parceria. Porém, nos dois casos pesquisados, a participação no planejamento das atividades de coleta – no caso de Piracicaba, ainda na parte administrativa - transpareceu ser realizada pelos departamentos responsáveis por cada um dos empreendimentos.

A não participação dos cooperados na gestão dos empreendimentos - em graus diferenciados - ficou evidenciada em alguns exemplos expostos ao longo desta pesquisa. No caso de Piracicaba, o exemplo que mais se destacou foi a decisão do departamento responsável pelo empreendimento em determinar quais seriam as rotas e os planejamento para a coleta do município, sem qualquer consulta prévia aos integrantes/sócios do empreendimento. No caso de São Carlos, um dos exemplos foi a não participação/consulta da cooperativa na escolha dos modelos dos aparelhos que seriam comprados com a verba do edital na qual o empreendimento foi contemplado.

Os exemplos desta desarmonia, destes aspectos desfavorecedores da parceria entre gestores públicos e cooperativas de catadores também traz caminhos contrários aos princípios relacionados à Economia Solidária. Nesta nova proposta colocada pela Economia Solidária, entram o trabalho coletivo, a gestão participativa e principalmente como colocado anteriormente, a autogestão. Segundo Singer (2002), devem existir a participação e as discussões/diálogos para as tomadas de decisões ao qual cada trabalhador está associado. Segundo o autor, este tipo de conduta ajuda na educação e conscientização, tornando cada trabalhador mais realizado, autoconfiante e solidário. Entretanto, o que vimos novamente nos dois casos foi a não compreensão do todo por parte de alguns integrantes, sendo ainda mais interessante que esta situação independia do tempo de participação/permanência dos membros no empreendimento. Apesar da participação no histórico de formação e no pertencimento a representação do coletivo, alguns integrantes demonstravam um protagonismo no trabalho desenvolvido.

No que se refere ao ganho de autonomia dos empreendimentos a partir da relação de parceria com os gestores públicos municipais, entendemos que esta é parcialmente prejudicada. Durante a pesquisa buscamos identificar três diferentes esferas em relação a autonomia de cada cooperativa: a social, a política e a autonomia econômica, com o intuito de caracterizarmos os empreendimentos em relação a cada uma delas. De início, percebemos a dificuldade em separá-las/categorizá-las de forma estanque e isoladas. Na realização do trabalho de campo ficou evidente a interação entre estas três esferas (social, política e econômica), em alguns casos como no da não instalação da unidade de beneficiamento de plástico na cooperativa de São Carlos tivemos a oportunidade de levantar aspectos relacionados ao ganho de autonomia política em detrimento da autonomia econômica. A cooperativa se colocou contrária ao uso da máquina a partir do momento em que deixou a mesma em desuso, representando uma posição contrária a demanda levantada pelo gestor público do município que entendia ser este um instrumento necessário ao empreendimento, necessário ao seu crescimento e também colocada como demanda pelo grupo, como uma necessidade de agregação de valor pelo próprio empreendimento.

Analisando separadamente cada esfera proposta para a utilização do conceito de autonomia, podemos obter uma caracterização de cada empreendimento de forma mais clara. Em relação a autonomia social, a partir das categorias de análise pré-estabelecidas, os empreendimentos apresentaram em seu cotidiano uma pequena desarmonia em relação à compreensão dos processos de tomadas de decisões, alguns membros não sabiam ao certo o procedimento adotado por cada uma de suas cooperativas, principalmente no caso de Piracicaba. As relações entre os cooperados não apontavam para uma convivência/relacionamento harmonioso em sua totalidade, alguns afirmavam a não colaboração de todos, uns com os outros, uma solidariedade que não era presente em todos os momentos relacionados ao desenvolvimento das atividades de forma coletiva e colaborativa.

No que diz respeito ao ganho/conquista de autonomia política, os empreendimentos apresentaram algumas atividades que contribuíram para este aspecto em relação ao desenvolvimento de ações no território. Porém, em relação à gestão do empreendimento, as cooperativas apresentaram uma desarticulação com o poder público local. Apesar de afirmarem existir uma boa relação entre seus membros, um respeito às

diferenças de cada um dos sócios, podemos constatar que na relação com os gestores públicos a autonomia política está relativamente distante de ser conquistada. A interferência e a influência dos gestores municipais na gestão dos empreendimentos ficou clara nos dois casos estudados. Na cidade de São Carlos este grau de interferência foi apresentado em menor grau, porém na cooperativa do município de Piracicaba a interferência e a influência do gestor público municipal sobre as atividades administrativas foi apresentada em um grau considerado relevante. Neste caso, a interferência começava desde a participação de um funcionário da prefeitura (assistente social) presente todos os dias no escritório de empreendimento até mesmo no planejamento das novas rotas de coleta para o ano de 2012, passando pelo planejamento de modificação da estrutura do barracão sem qualquer participação efetiva dos sócios do empreendimento.

A falta/inexistência de participação em movimentos de representação (ex. Movimento Nacionais dos Catadores) também pode ser colocado como fator preponderante para esta falta de posicionamento do empreendimento frente às intervenções das prefeituras locais. Nenhuma das cooperativas faz parte de qualquer movimento de articulação que contribua para a construção/fortalecimento de seus empreendimentos enquanto movimento social. Entretanto, ao longo do acompanhamento presenciamos também decisões como a contratação de contadores por parte dos dois empreendimentos, apesar de as prefeituras locais fornecerem seus funcionários gratuitamente para tal atividade. As duas cooperativas – apesar da contrariedade dos departamentos locais – afirmaram não aprovar o trabalho exercido pelos funcionários disponibilizados.

A autonomia econômica dos empreendimentos foi um dos aspectos de maior carência entre as esferas de autonomia propostas. Os dois empreendimentos pesquisados apresentaram iniciativas isoladas de formação de redes de comercialização, compras e vendas coletivas/casadas. Nos dois casos foi verificado apenas o estabelecimento de uma troca isolada, mesmo assim no caso piracicabano a troca era feita com uma empresa privada produtora de artigos de limpeza doméstica. Na cooperativa de São Carlos este aspecto ainda chamou mais atenção, pois em nenhum momento foi colocada a tentativa de um início de vendas coletivas para o papelões coletados pelas cooperativas da região juntamente com a cooperativa local. Devido ao acompanhamento

do empreendimento pelas atividades da Incoop/UFSCar, o pesquisador pode participar do início deste projeto de vendas coletivas do material, neste caso do papelão.

A posse dos meios de produção também foi um aspecto desfavorecedor para a conquista da autonomia econômica dos empreendimentos. As cooperativas pesquisadas apresentaram baixo grau de posse dos seus meios de produção. Como consequência desta categoria de análise podemos apontar uma fragilidade considerável dos empreendimentos de catadores. Toda a sua estrutura e quase a totalidade de seu maquinário pertence ou estão cedidos pelos gestores públicos locais. A mudança de governo ou mesmo uma fragilidade administrativa dos gestores públicos atuais podem representar um risco à continuidade das atividades de coleta de ambos os empreendimentos.

Ainda em relação a autonomia econômica dos empreendimentos, as fontes de arrecadação apresentadas por eles também podem refletir na conquista da autonomia pelos grupos. A cooperativa de Piracicaba não possui nenhum contrato de prestação de serviços com a prefeitura local, ela está inteiramente dependente da variação de preços dos materiais coletados no mercado dos reciclados. A cooperativa realiza a venda da maioria de seus produtos para atravessadores, o que diminui ainda mais seu ganho. No caso de São Carlos, a cooperativa apresenta um grau maior de estabilidade, pois além da venda dos seus produtos ao mercado (indústrias e atravessadores), a cooperativa possui um contrato de prestação de serviços de coleta de resíduos recicláveis com a prefeitura municipal, configurando mais uma fonte de arrecadação de recursos para o empreendimento, além da participação em editais federais que contemplam iniciativas na área da coleta seletiva (ex: edital FUNASA).

Portanto, as parcerias estabelecidas entre os gestores públicos municipais e as cooperativas de catadores demonstram ter uma influência direta na conquista da autonomia destes grupos de trabalhadores. Destacamos aqui alguns pontos favorecedores e desfavorecedores destas alianças. Porém, entendemos que o protagonismo por parte dos trabalhadores é algo ainda mais complexo, não se restringindo apenas as parcerias estabelecidas, e sim, a um conjunto de medidas e políticas públicas sem as quais não se possibilita a construção de uma base sólida.

Espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir e servir como referência para outros trabalhos, além também de colaborar com as atividades desenvolvidas pela Incoop/UFSCar no desenvolvimento dos processos de incubação e assessoria junto aos empreendimentos econômicos solidários do município de São Carlos e em especial a Coopervida. Entendemos que esta pesquisa pode contribuir para o planejamento de futuras atividades e no planejamento de novas diretrizes no trabalho realizado junto a Coopervida. O trabalho de campo realizado apontou uma série de fatores que podem ser trabalhados juntamente com a cooperativa e seus parceiros, desde o aprimoramento do processo de seleção para a inclusão de novos sócios até a manutenção de uma capacitação contínua para os cooperados em relação aos princípios da economia solidária, do cooperativismo e do trabalho coletivo.

A busca pelas categorias de análise (Instâncias de decisão, Grau de democratização das relações, Divisão do trabalho, Solidariedade, Ação pública no território, Gestão do empreendimento, Participação/Articulação, Formação de Redes, Posse dos meios de produção, Garantias trabalhistas, Investimentos em infraestrutura e Fontes de arrecadação do empreendimento) proporcionou uma melhor compreensão e uma ajuda no diagnóstico da atual situação do empreendimento, tanto na realização de suas atividades diárias, quanto na sua relação com seus parceiros. Apontamos como uma possibilidade de continuidade desta pesquisa, a sua reaplicação de forma periódica (monitoramento) junto aos empreendimentos, ou mesmo no aprofundamento do estudo de alguma das categorias de análise propostas. O acompanhamento/monitoramento da cooperativa pode contribuir para a identificação de pontos a serem trabalhados pela Incubadora junto ao grupo e também na identificação de possíveis demandas.

Referências

Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE). **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2010**. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/downloads/Panorama2010.pdf>>, acesso 10 mai 2011.

ARROYO, J. C. T; SCHUCH, F. C. **Economia popular e solidária**: A alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

BEER, M. **História do Socialismo e das Lutas Sociais**. 1ª Edição. São Paulo, 2006. Editora Expressão Popular

BRANDAO, L. E. T.; SARAIVA, E. C. G. **Risco privado em infraestrutura pública**: uma análise quantitativa de risco como ferramenta de modelagem de contratos. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6. 2007.

Caderno de Tecnologia Social, Fevereiro 2007. Disponível em: <www.itsbrasil.org.br>, acesso 06 mai 2010.

CAETANO, L. M.: **Pais, Adolescentes e Autonomia Moral**: Escala de Concepções Educativas. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2009.

CAPRA, F. **Ponto de Mutação**. 22ª Edição. Editora Cultrix, 1982

CAVALCANTI, R. N.; **Mineração e desenvolvimento sustentável**: Casos da Companhia Vale do Rio Doce. 1996. 444 folhas. Tese de doutorado, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – EPUSP.

CLIQUET, E.; SIMOES, M.; SHIROMA, P.; ARAUJO, A.; GRANDO, F.; **A educação ambiental no sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos no município de São Carlos** – Programa Futuro Limpo. 2005. In: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/> Acesso 06 out 2011.

CORAGGIO, J. L.; A proposta de economia solidária ante a economia neoliberal. In: PINTAUDI, S. M.; **Economia Solidária**: Um setor em desenvolvimento. 1ª Edição. São Paulo: Prefeitura de Rio Claro, 2002. Pagina 15 a 26.

DAGNINO, R.; **Tecnologia Social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro: 2004.

DAGNINO, R. P.(Org.) **Tecnologia Social**: ferramenta para construir outra sociedade. 1ª Edição. Campinas, SP.: IG – UNICAMP, 2009.

DAGNINO, R; BAGATTOLLI, C.: Como transformar a Tecnologia Social em Política Pública? In: DAGNINO, R (org.). **Tecnologia Social**: ferramenta para construir outra sociedade. 1ª Edição. Campinas, SP.: IG – UNICAMP, 2009. p. 155-178

DIAS, R.; NOVAES, H. T.; Contribuições ao Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social. In: DAGNINO, R. **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. 1ª Edição. Campinas, SP.: IG – UNICAMP, 2009. p. 17 a 54.

FÉ, C. F. C. de M.; FARIA, M. S. Catadores de Resíduos Recicláveis: Autogestão, Economia Solidária e Tecnologias Sociais. In: ZANIN, M.; GUTIRREZ, R. F. (org.). **Cooperativas de Catadores: Reflexões e Práticas**. 1ª Edição, São Carlos 2011. Editora Claraluz.

FONTES, B. A. S. M. **Sobre a sustentabilidade das associações voluntárias em uma comunidade de baixa renda**. Tempo Social, 2003. Vol.15, No.1, pp.159-189

FRANÇA FILHO, G. C. ; SANTANA JÚNIOR, G. . Economia Solidária e Desenvolvimento Local: reflexões à luz da experiência baiana. In: VI CONFERÊNCIA DA REDE REGIONAL AMÉRICA LATINA E CARIBE DA INTERNATIONAL SOCIETY FOR THIRD SECTOR RESEARCH. **Terceiro Setor e Sociedade Civil na América Latina e no Caribe (Re)Pensando Identidades e Relações Intersetoriais**, 2007, Salvador.

Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). **Programas Municipais de Coleta Seletiva de Lixo como Fator de Sustentabilidade dos Sistemas Públicos de Saneamento Ambiental na Região Metropolitana de São Paulo**. Relatório Final. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/internet/arquivos/biblioteca/estudosPesquisas_ColetaSeletiva.pdf>, acesso 13 fev 2011.

GALLO, Z.; MARTINS, L. A. de T. P.; PERES, M. T. M. **Pobreza, meio ambiente e economia solidária: o caso de Piracicaba**. Revista FAE, Curitiba, v8, n.1, p.39-50, jan. 2005

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995. In: <http://www.rae.com.br>, acesso 10 ago 2009.

GUIMARÃES, L. T.; **Utilização do Sistema de Informação Geográfica (SIG) para identificação de áreas potenciais para disposição de resíduos na Bacia do Paquequer, município de Teresópolis. 2000**. Dissertação (Mestrado em Geotecnia Ambiental.). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

GUTIERREZ, R.; **Empreendimentos Econômicos Solidário de Catadores: Cadeias produtivas de resíduos, processos tecnológicos e parcerias**. 2011. Dissertação de mestrado, Programa de pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela UFSCar.

Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP). Disponível em: <http://www.ipplap.com.br/acidade_bdados.php> acesso 08 mar 2011.

LASSANCE, A. E.; PEDREIRA, J. S. Tecnologias sociais e políticas públicas. In: PAULO, A. (org.). **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro: 2004. p. 65-82.

MACIEL, A. L. S.; FERNANDES, R. M. C. **Tecnologias sociais: interface com as políticas públicas e o Serviço Social.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 105, Mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso 13 out 2011.

MARTINS, A. M. **Autonomia e educação: a trajetória de um conceito.** Cadernos de Pesquisa., São Paulo, n. 115, Março 2002. Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000100009&lng=en&nrm=iso>, acesso 14 de jan 2011.

MARTINS, F.; SORBILLE, R.; O processo de unificação das cooperativas de catadores de resíduos recicláveis de São Carlos e de reformulação do modelo de contrato pactuado entre a cooperativa e a prefeitura municipal de São Carlos, SP. In: **Cooperativas de Catadores: Reflexões e Práticas.** São Carlos, 2011. Organizado por: Maria Zanin e Rafaela Gutierrez. Editora Claraluz.

MORAIS, I. M. **Vulnerabilidade do doente versus autonomia individual.** Rev. Bras. Saude Mater. Infant., Recife, 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292010000600010&lng=en&nrm=iso>, acesso 12 out 2012.

NAGEM, F. A.; SILVA M. G.; SILVA, S. P. Políticas públicas de economia solidária e inclusão social: elementos para o desenvolvimento local. In: Encontro Internacional de Economia Solidária. **Discurso e prática da Economia Solidária**, 5., 2007, São Paulo. Anais..., São Paulo: Ed. Usp, 2007.

REIS, T.; **A sustentabilidade em empreendimentos de economia solidária: pluralidade e interconexão de dimensões.** 2005, Salvador. Dissertação de mestrado apresentada junto ao programa Pós-graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia.

ROTH, B. W.; ISAIA, E. M. B. I.; ISAIA, T. **Destinação final dos resíduos sólidos urbanos. Ciência e Ambiente.** Editora UFSM, Santa Maria, RS. n. 18, p. 25-40, jan./jun. 1999.

RUIZ, J. **A Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

RUTKOWSKI, J. E.; Rede de tecnologias sociais: pode a tecnologia proporcionar desenvolvimento social? In: LIANZA, S.; ADDOR, F (org). **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário.** Porto Alegre/RS. Editora UFRGS: 2005. p.190-208

SABATÉ, A. M. F.; A economia do trabalho. In: PINTAUDI, S. M.; **Economia Solidária: Um setor em desenvolvimento.** 1ª Edição. São Paulo: Prefeitura de Rio Claro, 2002. Pagina 33 a 46.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **Para pensar o Desenvolvimento Sustentável.** São Paulo. Ed. Brasiliense, 1993. p. 29-56.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro. Editora: Garamond, 2002.

SAGUAREZI, S.; **Autogestão e economia solidária**: limites e possibilidades. 2011, São Paulo. Teses de doutorado apresentada junto ao programa de pós-graduação em Ciências Sociais. Área de concentração: Sociologia da Pontifícia Universidade Católica.

SILVA, S. R. M.; **Indicadores de sustentabilidade urbana**: as perspectivas e as limitações da operacionalização de um referencial sustentável. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos, SP. 2000, 260 páginas

SINGER, P.A recente ressurreição da economia solidária no Brasil.. In: **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Org. SANTOS, B. de S. 2002 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. P.81-129

THOMAS, H. E.: Tecnologias para inclusão social e políticas públicas na América Latina. In: **Tecnologias Sociais**: Caminhos para a Sustentabilidade. Brasília, 2009. Org. Adalice Otterloo (et al.), Rede de Tecnologia Social (RTS).t

WEISS, Z.: Tecnologia Social: os desafios de uma abordagem holística. In: **Tecnologias Sociais**: Caminhos para a Sustentabilidade. Brasília, 2009. Organizado por: Adalice Otterloo (et al.), Rede de Tecnologia Social (RTS).

ZANIN, M.; GUTIERREZ, R.; TARGA, L.; FRANÇA, L.; FRANCESCHINI, G.; Parceria entre Universidade e Gestor Público municipal para fomentar a economia solidaria e ampliar as atividades da cooperativa de catadores de São Carlos, SP. In: **Cooperativas de Catadoes: Reflexões e Práticas**. São Carlos, 2011. Organizado por: Maria Zanin e Rafaela Gutierrez. Editora Claraluz.

Apêndice A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa que será aplicada individualmente em 2 (duas) Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis. O objetivo desta pesquisa é identificar aspectos promotores de autonomia nas relações/parcerias estabelecidas entre gestores públicos e cooperativas de catadores. Esta pesquisa tem por título “Cooperativas de Catadores e parcerias com Gestores Públicos: aspectos promotores de Autonomia”.

Se concordar em participar da pesquisa, solicitarei sua gentileza em responder algumas questões e lhe será dada total liberdade para se recusar em responder a qualquer das questões. Sua participação não é obrigatória, não sofrerá constrangimentos, nem terá gastos financeiros. A qualquer momento poderá desistir de participar sem sofrer qualquer dano ou prejuízo. Em caso de cansaço, indisposição ou perceber qualquer risco não previsto neste termo, a entrevista será imediatamente suspensa. Sua participação na pesquisa ocorrerá a partir de sua resposta ao questionário de pesquisa e da gravação, se autorizado, da entrevista para posterior transcrição e análise. As informações obtidas por meio desse estudo serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Essas informações serão utilizadas apenas como objeto de pesquisa acadêmica, não sendo divulgados ou disponibilizados para outros fins. Todas as informações, que são objeto desta pesquisa, ajudarão a compreender o processo de parceria estabelecido entre gestores públicos e empreendimento de catadores. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Lucas Miguel França

Alameda das Azaleias, n 420, Cidade Jardim

São Carlos/SP.

Telefone: (16) 3306-9034

Declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

São Carlos, __ de _____ de 2011.

Assinatura participante

Apêndice B – Roteiro entrevista semi-estruturada

Planilha de acompanhamento – EMPREENDIMENTOS

Autonomia Social

1. Quais as instâncias de decisão dentro do empreendimento?

Diretoria **Comissões** **Assembleias**

Outras _____

2. Como é realizada a decisão dentro de cada instância?

Consenso **Voto** **Outros** _____

3. Nas atividades realizadas diariamente pela diretoria, existe a participação do coletivo?

Sim **Não** **Parcialmente**

4. Nas atividades diárias realizadas no barracão, as decisões são tomadas coletivamente ou somente por determinados grupo?

Sim, Coletivamente

Não, por determinados grupos

5. Como é feita a divisão do trabalho?

Coletivamente **Individualmente**

6. Esta divisão do trabalho foi uma decisão tomada em conjunto?

Sim **Não**

7. Existe a prática da solidariedade entre os cooperados?

Sim **Não** **Parcialmente**

O que você entende por solidariedade?

Exemplos -

8. Como são realizadas as consultas e passadas as informações junto ao grupo?

- Assembleias**
 Informes por escrito
 Reuniões
 Outros _____

Autonomia Política

9. O empreendimento desenvolve algum tipo de atividade junto à comunidade (município de São Carlos e município de Piracicaba)?

- Sim** **Não**
 Quais _____

10. Durante a realização das atividades (administrativas e no barracão), é estabelecida a prática do diálogo e existe o respeito às diferenças? (pode subir)

- Sim** **Não** **Parcialmente**

11. O empreendimento participa de algum fórum ou de alguma rede de articulação ou representação? (por exemplo: Movimento Nacional dos Catadores)

- Sim** **Não**
 Quais _____

12. O empreendimento tem alguma relação ou participa de movimentos sociais, populares ou sindicais?

- Sim** **Não**
 Quais _____

Autonomia Econômica

1. O empreendimento participa de alguma rede de produção, comercialização, consumo ou

crédito?

Sim **Não**

Quais _____

2. A quem pertencem os instrumentos, ferramentas ou equipamentos utilizados pelo EES?

Próprios **Arrendados** **Alugados** **Cedidos** **Emprestados**

3. Qual é o destino dos produtos?

Venda **Troca** **Autoconsumo**

4. Para quem é feita a comercialização de produtos do empreendimento?

Venda direta ao consumidor final

Venda a revendedores/atacadistas, venda a órgão governamental

Venda para empresa(s) privada(s) de produção, venda a outros empreendimentos de Economia Solidária

Troca com outros empreendimentos solidários

Outros _____

5. Quais são os benefícios, as garantias e os direitos dos (as) sócios (as) que trabalham no Empreendimento?

INSS **PIS** **Outros** _____

6. De onde vem a arrecadação da Cooperativa?

Parceiros **Contratos de prestação de serviços** **Venda de materiais**

Outros _____

7. Qual a principal fonte de arrecadação da cooperativa?

Parceiros **Contratos de prestação de serviços** **Venda de materiais**

Outros _____

8. A Cooperativa tem realizado investimento em infraestrutura?

Sim **Não**

9. Foram realizados investimentos no empreendimento nos últimos 12 meses com os próprios recursos da Cooperativa?

Sim, foram realizados investimentos

Não, não foram realizados investimentos

Sim, foram realizados investimentos com recursos externos